

NOVAS DA GALIZA

— PERIÓDICO GALEGO DE INFORMAÇÃO CRÍTICA —



"Nom som políticos; só están polos seus intereses e ao verem que perdem poder ponhem-se nervosos"

Domingos Solla, vogal do BNG de Morgadães, vítima de um atentado da 'máfia urbanística'

PÁGINA 11

ENTREVISTA A XOSÉ MANUEL BEIRAS



"Existem mudanças de 'talante', mas é pena que o período desde a constituição do bipartido nom fosse aproveitado"

Considerado por muitas pessoas um dos políticos mais importantes do século XX galego, Xosé Manuel Beiras chegou ao XXI relegado da vida institucional. Mas ainda lhe fica muito por dizer, apenas autolimitado pola lealdade à frente política que conseguiu levar ao primeiro posto da oposição parlamentar. Mesmo assim, cada vez que volta a debruçar-se sobre as 'res publicae', as suas reflexões nom conseguem deixar de pôr em questom as dinâmicas que imprime à política galega o 'desarme ideológico' da esquerda. NOVAS DA GALIZA foi falar com ele e, como já imaginávamos, dixo-nos cousas bem interessantes. Falou-nos da perti-

nência actual das suas antigas teses do 'atraso' e da recolonização que padece o País. Reflectiu sobre o que implica umha nova redacção da fórmula de autogoverno quando nom vem acompanhada de umha reforma constitucional e sobre o perigo de umha reforma técnico-jurídica que nom permita maiores quotas de soberania. E acabou examinando as razons do "crescente divórcio entre a cidadania consciente e a esfera institucional", sem esquivar a análise das cada vez mais frequentes detenções de independentistas. E também falou, claro, do novo governo bipartido, ao qual Beiras nom retira o crédito, mas continúa a aguardar... / Pág. 12

Secretário geral de Galiza Nova abandona a UPG acompanhado por 17 militantes

Anunciam a autodissolução como grupo para trabalharem num novo espaço político dentro do BNG / 04



Desconhecidos supostamente ligados à máfia urbanística calcinaram o carro e parte da casa do vereador Domingos Solla / ngz

'Máfia urbanística' recorre ao terrorismo para se defender ante os novos Planos de Ordenaçom

ESCALADA DE VIOLÊNCIA CONTRA QUEM DENUNCIA AS IRREGULARIDADES

Nos próximos meses a Junta haverá de dar saída a mais de sessenta planos de ordenaçom municipal, entre eles o de Oleiros, Ogrove, Cangas, Moaña, Ortigueira ou três concellos do Vale Minhor. A redacção de novos planos é umha oportunidade de ouro para legalizar obras irregulares ou adaptar o ordenamento à medida dos especuladores nas localidades onde os governos municipais caminham de maos dadas com as construtoras. Mas a saída do PP nas passadas elei-

ções autonómicas situou os promotores imobiliários beneficiados polos anteriores governos numha posição diferente, perante a possível substituição de umhas empresas por outras em relaçon às mudanças a aplicar quanto à ordenaçom urbanística polos novos gestores. Novas da Galiza contribui com novos dados para a compreensom desta inquietante situaçon, identificando certas empresas que, receando do novo contexto político, aproveitam os recursos ins-
titucionais com que ainda con-

tam ao amparo das câmaras municipais e deputaçoms do Partido Popular. O mais preocupante, no entanto, é que o novo contexto está a provocar umha escalada de violência contra aqueles vereadores que manifestam publicamente a sua oposição às irregularidades e abusos das empresas interessadas. Neste número entrevistamos Domingos Solla, que perdeu dous veículos e parte da sua casa num incêndio provocado polo que ele mesmo denomina 'máfia urbanística'. / Pág. 10

E AINDA...



ADEGA ALERTA SOBRE o "carácter ecologicamente insustentável" do nosso modelo de desenvolvimento / 06

REFORMA DO ESTATUTO das Astúrias poderá recolher a oficialidade do asturiano e do 'eu-naviego' / 14

INICIÁTICA POPULAR em defesa dos rios chega ao Parlamento galego / 07

DOCUMENTÁRIO SOBRE MANUEL Maria resgata imagens históricas e a própria voz do poeta / 17

Opinions de Raquel Miragaia, Alexandre Banhos, F.S. pola Defensa do Povo e Quico Cadaval



A agricultura galega num beco de difícil saída (I)

ALEXANDRE BANHOS

“O QUE PERMITE AOS CAMPOS EM GRANDE PARTE DO INVERNO CONTINUAREM A PRODUZIR ELEMENTOS ALIMENTARES DE GADO VACUM, NA AGRICULTURA QUE TEMOS HOJE, E SOBRETUDO O SEU ELEMENTO PRINCIPAL E QUE MAIS CONTRIBUI AO PIB AGRÁRIO, QUER DIZER, A PRODUÇÃO LEITEIRA QUE GERA PRATICAMENTE 30 POR CENTO DE TODO O LEITE DO ESTADO ESPANHOL, ESTÁ NUM VERDADEIRO BECO SEM SAÍDA”

Hoje a produção cerealística galega, elemento chave de qualquer agricultura sustentável nem cobre nem sequer 8% das necessidades do gado existente. Na Conselharia do Meio Rural querem impulsar um banco de terras, ideia muito louvável; porém, as terras não estão onde estão os produtores que precisam delas.

Ainda que a Galiza seja um país de Invernos mornos, o que permite aos campos em grande parte do Inverno continuarem a produzir elementos alimentares de gado vacum, na agricultura que temos hoje, e sobretudo o seu elemento principal e que mais contribui ao PIB agrário, quer dizer, a produção leiteira que gera praticamente 30 por cento de todo o leite do Estado espanhol, está num verdadeiro beco sem saída, que continuamente está a expulsar produtores eficientes e tecnificados de

nível médio, ficando só os marginais para os quais a agricultura é umha actividade complementar, e as grandes e cada vez maiores explorações com o gado estabelecido em cortes modernas e altamente mecanizadas, e que sofrem umha pressão constante para crescerem e serem maiores porque os seus benefícios marginais são cada vez menores, e não é só questão de leite, preços e quotas leiteiras, que ainda que o que vou dizer parece contrário à imagem do nacionalismo sobre elas, a sua inexistência, das quotas, teria implicado a desapareição da produção ainda de maneira mais acelerada se ademais temos em conta que desde o governo galego sistematicamente o único que se geriu não foi a modernização do tecido agrário e sim a distribuição de 'inputs' para o campo via subsídios muito mal geridos e pensões que mesmo melhorando o nível de vida contribuíram para



acelerar o abandono das produções não modernizadas e marginais, frente às receitas via pensões de variado tipo.

A agricultura galega mais avançada depende neste momento da importação maciça de cereais, e os cereais levam um crescimento contínuo de preços no mercado mundial; há uma escassez permanente deles a nível mundial; na Ásia novos países como a China e agora também a Índia vinheram a se somar a importadores netos de cereais como o Japão, a Coreia e Formosa, e estão a pressionar os preços, pois

o seu crescimento económico e melhora da qualidade de vida de parte das suas populações implica mais procura destes elementos no mercado mundial que neste momento pouco mais cobre do que 100 dias da demanda anual de cereais.

Desde há dois anos no mercado de cereais de Chicago, que é onde se fixam os preços mundiais, os cereais não deixam de subir e chega com pensarmos que um acréscimo do consumo de cerveja na Índia e na China de dez por cento, quantidade baixa e muito provável, pode pro-

duzir um efeito duplicador dos preços mundiais de cereais. Os acordos da China e agora da Índia com os estados eficientes neste campo da América do Sul mostra a percepção da dificuldade de assegurar essa procura por parte destes dois estados superpovoados com um crescimento económico anual que se na China está por volta de dez por cento anual, na Índia leva vários anos por cima de sete e nas percentagens antecipadas de 2005, mesmo com tsunamis, vai superar oito por cento, e neles mora praticamente um terço da população mundial.

O PELOURINHO DO NOVAS

Se tens alguma crítica a fazer, algum facto a denunciar, ou desejás transmitir-nos alguma inquietação ou mesmo alguma opinião sobre qualquer artigo aparecido no NGZ, este é o teu lugar. As cartas enviadas deverão ser originais e não poderão exceder as 30 linhas digitadas a computador. É imprescindível que os textos estejam assinados. Em caso contrário, NOVAS DA GALIZA reserva-se o direito de publicar estas colaborações, como também de resumí-las ou extractá-las quando se considerar oportuno. Também poderão ser descartadas aquelas cartas que ostentarem algum género de desrespeito pessoal ou promoverem condutas antissociais intoleráveis.

Endereço: peLOURINHO@NOVASGZ.COM

CONTRA A DIRECTIVA BOLKESTEIN

A UE, os governos europeus, estão a negociar em segredo desde 2004 umha directiva que começam a debater no Parlamento Europeu a 14 de Fevereiro, para a privatização definitiva de todos os serviços públicos, inclusive a saúde e o ensino. Umha directiva pola qual, com base na aplicação do princípio do 'país de origem', qualquer empresa radicada num país determinado, com inferiores direitos laborais e sociais, poderá aplicar estes aos seus trabalhadores, negociando em baixa o conjunto dos direitos. O fundamental da aplicação deste princípio é que se procura a baixa dos salários dos trabalhadores, dividindo-os ao permitir-se que num mesmo sector um empresário pague um salário, e o do lado, outro.

A Confederação Europeia de Sindicatos, CCOO e UGT, concordam com a directiva só que com

algumas modificações como que seja respeitada a legislação laboral e os contratos colectivos em cada país, ou que não se aplique a cláusula de país de origem, e que sejam deixados fora da directiva os serviços públicos essenciais (saúde, ensino).

Indubitavelmente, ainda que isto implique um freio aos objectivos mais duros da directiva, não deixa de ser umha posição defensiva, ao manter que serviços essenciais como a água, o transporte e a energia ficarão nas mãos do benefício privado e não a serviço do público, assim como as ETT's como meio de contratação, etc.

E neste quadro, o governo central esta a negociar com o patronato e as direcções de CCOO e UGT umha nova contra-reforma laboral com o objectivo de flexibilizar mais as condições do despedimento, barateando-o. De facto, as direcções de CCOO e UGT já assumem a redução das indemnizações por despedimento de 42 dias por ano a

33, e o máximo de anos de 24 a 12. Este é o primeiro passo para, após a mentira da procura de mais contratos indefinidos, tornar-nos a todos precários, como demonstram todas as 'reformas' laborais assinadas por eles nos últimos anos.

O efeito combinado das duas medidas (a Directiva e a reforma laboral) é tão brutal que, se forem aplicadas, os nossos salários podem ver-se reduzidos a metade e as jornadas laborais incrementadas segundo os critérios de países onde se trabalha, e não como horas extra, 48 horas por semana. Sendo assim, umha só manifestação de manhã, que reduz a possibilidade para os trabalhadores participarem, sem assembleias onde se debata a continuidade da mobilização, é umha tentativa limitada de dar umha verdadeira resposta.

Para enfrentar um ataque deste calibre temos que não implicar o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras, das organizações sindicais,

os colectivos de trabalhadores, os comités e secções sindicais. Cumpre pronunciar-se, para além de contra a Directiva Bolkestein, contra a Reforma Laboral, exigindo às direcções que hoje negociam, CCOO e UGT, para que saiam das mesas e proponham um calendário unitário de mobilizações contra a reforma laboral e a directiva, contra a precariedade e os baixos salários.

As manifestações europeias contra a Directiva Bolkestein, como as mobilizações contra a reforma laboral, devem ser o primeiro passo para umha resposta de massas mais contundente, que trave os objectivos desreguladores dos governos e o patronato.

Não há tanto tempo, os trabalhadores galegos e espanhóis figemos frente a um governo da direita dura, o governo de Aznar, e derrotamo-lo. Não esqueçamos as experiências desses anos, só a luta paga.

Corrente Vermelha

Política ou políticos?

RAQUEL MIRAGAIA

“ A LINGUAGEM É UMHA DAS ARMAS MAIS PODEROSAS PARA NOS COLOCARMOS NO MUNDO, PARA NOS SITUARMOS COMO PESSOAS E EM RELAÇÃO ÀS OUTRAS. TEM MUITA MAIS FORÇA E INFLUÊNCIA QUANDO A LINGUAGEM VEM DA BOCA DO PODER, DA IMPRENSA E DOS E DAS QUE EXERCEM A POLÍTICA ”

Há um tempo, lendo uma revista galega de pensamento e opinião, sentim um certo desassossego ao comprovar como se conceptualiza o mundo através da linguagem. Nesta revista, fai-se umha análise de diferentes temas com o ano 2006 como horizonte. Os artigos de análise estão divididos em diferentes secções: *sociedade, política, tecnologias, economia e cultura*. Desta classificação chamou-me especialmente a atençom e em relação às outras. Tem muita mais força e influência quando a linguagem vem da boca do poder, da imprensa e dos e das que exercem a política. E esse poder continua a silenciar, a minimizar e a afastar os assuntos directamente relacionados com a mulher, por falar de algo que requer especialmente a minha atençom. Mas é evidente que nom som os únicos exemplos.

Tempo depois, estivem numha conversa com M.^a Esther Moreno, umha mulher uruguaia, vereadora pola Vertente Artiguista (um dos partidos integrados na Frente Ampla) na cidade de Montevideo. Ouvindo falar esta mulher confirmou-se que nom é necessária essa divisom que afasta a política dos temas sociais; nem necessária nem real. Nas suas próprias palavras: “a política é tudo, quando umha mulher tem que pôr um prato de comida à mesa e a ‘plata’ nom alcança, isso é política”.

É difícil que as e os políticos estejam nas vanguardas dos movimentos sociais e das mudanças, nom é um papel fácil de assumir pola maioria. Mas sim é possível e necessário que o fagom os meios de comunicação, nomeadamente aqueles que temhem vontade de promover o pensamento crítico. É umha responsabilidade destes meios usarem a linguagem para criar e recriar a realidade e nom apenas para reflectirem a que nos vem dada.

excepçom, sim, quando os políticos (os homens que exercem a política e mesmo às vezes as mulheres) oferecem a sua opinião, se criticam ou se insultam, entom sim, as notícias ganham o seu direito a estarem situadas na secçom política, nacional ou local.

Nom acredito na inocência das palavras. A linguagem é umha das armas mais poderosas para nos colocarmos no mundo, para nos situarmos como pessoas e em relação às outras. Tem muita mais força e influência quando a linguagem vem da boca do poder, da imprensa e dos e das que exercem a política. E esse poder continua a silenciar, a minimizar e a afastar os assuntos directamente relacionados com a mulher, por falar de algo que requer especialmente a minha atençom. Mas é evidente que nom som os únicos exemplos.

Tempo depois, estivem numha conversa com M.^a Esther Moreno, umha mulher uruguaia, vereadora pola Vertente Artiguista (um dos partidos integrados na Frente Ampla) na cidade de Montevideo. Ouvindo falar esta mulher confirmou-se que nom é necessária essa divisom que afasta a política dos temas sociais; nem necessária nem real. Nas suas próprias palavras: “a política é tudo, quando umha mulher tem que pôr um prato de comida à mesa e a ‘plata’ nom alcança, isso é política”.

É difícil que as e os políticos estejam nas vanguardas dos movimentos sociais e das mudanças, nom é um papel fácil de assumir pola maioria. Mas sim é possível e necessário que o fagom os meios de comunicação, nomeadamente aqueles que temhem vontade de promover o pensamento crítico. É umha responsabilidade destes meios usarem a linguagem para criar e recriar a realidade e nom apenas para reflectirem a que nos vem dada.

NOVAS DA GALIZA

EDITORA
MINHO MEDIA S.L.

DIRECTOR
Carlos Barros G.

REDACTORA-CHEFEA
Marta Salgueiro

CONSELHO DE REDACÇOM
Alonso Vidal, Antom Santos, Ivám Garcia, Xiana Árias, Sole Rei, F. Marinho, Natália Gonçalves, Gerardo Uz

DESENHO GRÁFICO E MAQUETAÇOM
Miguel Garcia, C.Barros, A. Vidal, X. Árias

INTERNACIONAL
Duarte Ferrín
Nuno Gomes (Portugal)
Jon Etxeandia (País Basco)
Juanjo Garcia (Países Cataláns)

COLABORAÇOM
Maurício Castro, I. Gomes, D. Loimil, X. Carlos Ánsia, Santiago Alba, Daniel Salgado, Kiko Neves, J.R. Pichel, R. Pinheiro, Joseba Irazola, Asier Rodrigues, Carlos Taibo, Ignacio Ramonet, Ramón Chao, Germám Hermida, Celso Á. Cáccamo, João Aveledo, Jorge Paços, Adela Figueroa, Joám Peres, Pedro Alonso, Alexandre F., Joana Pinto, Miguel Burros, Ana Rocha, Luís G. Blasco 'Foz', Alberte Pagán

FOTOGRAFIA
Arquivo NGZ
Natália Gonçalves

HUMOR GRÁFICO
Suso Sanmartín, Pepe Carreiro, Pestinho+1, Xosé Lois Hermo, Gonzalo Vilas, Farruquinh, Aduaneiros sem fronteiras, Xosé Manuel

CORREBOÇOM LINGÜÍSTICA
Eduardo Sanches Maragoto

IMAGEM CORPORATIVA
Miguel Garcia

FICHO DA EDIÇOM: 15/02/06

D. LEGAL C-1250-02 / As opiniões expressas nos artigos nom representam necessariamente a posicjom do periódico. Os artigos som de livre reproducjom respeitando a ortografia e citando procedência. A informaçom continua periodicamente no sítio web www.novasgz.com e no portal www.galizalivre.org

BETOM E GASOLINA NA GALIZA COSTEIRA

Galiza que medra é também a Galiza que se estraga vertiginosamente ao alento das grandes infra-estruturas, a turistificaçom e o novo residencialismo de massas das classes médias urbanas. As estatísticas constantemente difundidas exibem eufóricas essa faixa ocidental de um País que deixou a aldeia, dinâmica, entre industrializada e terciarizada, que costuma corresponder-se aliás com certa emancipaçom do voto quanto ao feudalismo decadente do interior.

Na exaltaçom progressista desta modernizaçom seródia há algo que lembra à ingenuidade de quatro décadas atrás, quando a primeira desintegraçom do agro se acompanhava dos aplausos furiosos a um 'desenvolvimentismo' que subia a Galiza no comboio de um crescimento caótico e desarticulado. Na actualidade, a explosom municipalizadora que argalham centos de câmaras municipais costeiras desmente ponto por ponto qualquer recomendaçom de prudência e ordeirismo chegada de instâncias europeias; a actuaçom, supostamente garantista, de um regime pluripartidarista ou dos PGOM's de elaboraçom obrigatória nom parece alterar a marcha do processo. A meste rede de pequenas empresas construtoras é a melhor executora a partir da base de megaplanos rumados à expropriaçom e transformaçom radical do nosso território. Quando à asfixiante presença da propaganda modernizadora se somam os

tentáculos partidários na administraçom municipal, excelentes cobradores dos serviços prestados, o problema torna-se obscuro e dificilmente resolúvel; e quando a hegemonia do betom se complementa com gasolina, atentados terroristas e malheiras mafiosas, o urbanismo selvagem mostra que bem joga à margem das regras aceites. Perante esta violência, a imprensa maioritária nom vê preciso agitar o alarme social, chamar à intervençom de tribunais de excepçom nem pôr a funcionar os mais prestigiosos opinólogos. Se a violência política é outra, cumpre apresentá-la como 'ataque à vida de todos', enquanto que os incêndios do Vale Minhor som exclusivas agressomns pessoais e singularizadas a vereadores valentes e rebeldes.

Mas sim que se apontam alvos colectivos: é o movimento social no seu conjunto - toda a Galiza que se move por baixo e pola esquerda -, o apontado pelas máfias de Nigrám, Gondomar e Baiona. O que pelega nos concelhos contra o roubo da terra para usos elitistas, mas também e sobretudo o que se agita em ruas e assembleias para que se saiba, polo menos, que nem tudo é depreável: quer dizer, submetido a compra e venda. O Foro Social de Cangas ou a Plataforma Salvemos Monte Ferro som algumas das linhas de defesa, sociais e supra-partidárias, urgentemente activadas perante o negro porvir que se avizinha.

GONZALO

BEATUS ILLE QUI PROCLIV NEGOTIIS,
LIT PRISCA GENS MORTALIIUM
PATERNA RURA BOBILIS EXERCET SUIIS,
SOLLITUS OMNI FENORE,
NEQUE EXCITATUR CLASSICO MELES TRUCI
NEQUE HORRET IRATUM MARE,
FORUMQUE VITAT ET SUPERBA CIVILIM
POTENTIORUM LIMINA.

PERO, COÑO!
AQUÍ TAMBIÉN
ME VIENEN
CON EL
GALLEGO?





NOTÍCIAS



O Secretário Geral de Galiza Nova, Xosé Vicente, é um dos responsáveis da organização que abandonam a UPG / GALIZANOVA.ORG

Dezoito jovens abandonam a UPG denunciando “renúncias” e falta de democracia interna

Anunciam a autodissolução como grupo para emprenderem um novo caminho com mais pessoas dentro do BNG

Redacção / Segundo fontes próximas de Galiza Nova a crise é já antiga e salientam o Pacto Galeusca como um dos pontos de desencontro. Porém, foi a assunção por parte do BNG de responsabilidades de governo (e a proposta de Estatuto) o que acabou por agudizá-la, sendo o abandono da União da Mocidade Galega (UMG) de 18 jovens a última consequência. Para estes jovens a aplicação da ortodoxia leninista dentro do seu ex-partido servia apenas para justificar constantes renúncias e falam abertamente de "clandestinização da ideologia". Um dos exemplos com que explicam esta contradição é o facto de "o Bloco estar a funcionar como se de um partido único se tratasse", devido a que "umha parte do mesmo se auto-assume como a totalidade do nacionalismo", apesar de se terem imposto as ideias 'frentistas' que defendia a própria UPG. O resultado seria a incapacidade para acompanhar importantes mudanças verificadas entre a mocidade galega, desvalorizando-se a "construção de umha comunidade nacional que resista à uni-

formização espanholista, que colabore na criação de meios de comunicação alternativos e que se implique na abertura de locais sociais."

Trabalharán no BNG

Só o tempo dirá se este abandono colectivo se tratou de umha resituação das posições políticas dentro do BNG ou passará a fazer parte da dilatada história de cisons que sofreu a organização comunista para engrossar as fileiras do soberanismo situado fora da frente. Por enquanto, as dezoito pessoas cindidas desconsideram totalmente esta possibilidade, afirmando que "no BNG há um espaço político infra-representado, que defenda um frentismo real, de base e mobilizador". E acrescentam: "Nem todos os nacionalistas están no BNG, mas nós acreditamos firmemente na necessidade e utilidade desta frente nacionalista". Em declarações exclusivas para NOVAS DA GALIZA anunciáram que o seguinte passo é a autodissolução como grupo, para trabalharem ao lado de outras pessoas com que partilham os mesmos postulados "num espa-

ço político que está a nascer no nacionalismo juvenil".

Saída discreta

O que já parece claro é que entre as pessoas cindidas nom havia só "sete" militantes com "escassos dias como filiados", como afirmou num primeiro momento o responsável de Organização da UPG, Roberto Vilameá. No grupo contam-se até nove com cargos de responsabilidade na organização juvenil do BNG (Galiza Nova), entre eles o próprio secretário geral, Xosé Vicente. Contudo, a notícia poderia ter passado despercebida se nom fosse pola reacção da UPG, que acudiu aos meios para deslegitimar os jovens que em princípio se limitaram a expor a sua posição por meio de um comunicado interno. Segundo declaráram a NOVAS DA GALIZA, "entendemos que os debates do nacionalismo devem resolver-se internamente", e por isso "nom fomos à imprensa no espaço de umha semana, apesar de sofrermos o lógico assédio dos meios, que se mostráram muito surpreendidos do nosso silêncio exemplar."

NÓS-UP contesta na rua detenção de 4 militantes

Redacção / A organização independentista NÓS-Unida-de-Popular respondeu com dous actos na rua às detenções de quatro membros da sua Direcção Nacional no passado dia 13 de Fevereiro. Em Ponte Areias, dúzias de pessoas concentravam-se às portas do centro social Baiuca Vermelha para irem em manifestação até as portas do Câmara Municipal. Ali, um dos detidos, Abrám Alonso Pinheiro, tomou a palavra para denunciar a acção da brigada de informação da Guarda Civil e defender publicamente as acções contra a simbologia fascista. Junto com Abrám, Íria Medranho e Alberte Moço Quintela fôrom acusados polo

corpo armado espanhol de atacar a vidraça com o escudo franquista da Câmara Municipal de Tui. Em Ferrol, cerca de um cento de pessoas pedírom diante do prédio da Junta da Praça de Espanha a liberdade de Bruno Lopes. O militante fora detido também pola Guarda Civil acusado de estar ligado à web www.emgalego.tk, que recolhia sabotagens com pintura laranja contra o uso do espanhol em negócios e indicadores das ruas da Galiza. NÓS-UP denunciou a detenção, enquadrada na chamada Operação Casti-nheira, e negou qualquer vinculação do seu filiado com a AMI ou a referida web. Todos os activistas fôrom libertados sob acusação.

Bases Democráticas rejeitam reformas estatutárias

Redacção / No dia 22 de Fevereiro, no centro sócio-cultural do Casco Velho de Vigo, as Bases Democráticas Galegas apresentáram a sua nova campanha, coincidente no tempo com o debate do novo Estatuto de Autonomia. O coordenador da iniciativa, Bráulio Amaro, o sindicalista da CIG Antolín Alcántara, e o filósofo Domingos Antom García, apresentáram o manifesto da plataforma, em que se manifesta o "cepticismo perante umhas

reformas incapazes de enfrentar os nossos grandes problemas colectivos". Com a legenda "Estatutos nom. Autodeterminação", as Bases Democráticas organizaráram ao longo do País umha série de actos públicos a favor dos direitos nacionais com a participação de parte dos seus e das suas impulsionadoras. As Bases abrírom também no seu site de Internet um fórum aberto de debate sobre autonomia e autodeterminação.

Sabotagem destrói autocarros de Arriva em Carvalho

Redacção / Na madrugada do dia 10 de Fevereiro, várias pessoas desconhecidas atacáram três autocarros da empresa Arriva, ardendo um quarto veículo estacionado ao pé dos ónibus. A intensidade das lapas danificou gravemente a coberta da estação e o firme onde estacionam as viaturas, derretidos polo calor. Segundo fontes policiais, o grupo que realizou a sabotagem cruzou e incendiou vários contentores

em ruas afastadas do lugar dos factos para distrair a acção dos bombeiros e da Guarda Civil. A central nacionalista CIG desvinculou a sabotagem da greve recente que enfrentara os trabalhadores com a empresa, e condenou os factos sem ambigüidades. Arriva mantém também um conflito com a vizinhança de Bergantinhos ao pretender segregar as linhas entre várias empresas.





Bombeiros apagam o incêndio provocado pola explosom da empresa Pirotecnia Calo

Explosom pirotécnica em Teio causa danos em mais de 40 domicílios

A explosom ouviu-se num rádio de entre 10 e 20 quilómetros

REDACÇOM / Três das vinte e sete barracas de Pirotecnia Calo, situada no concelho de Teio, explodiram por causas desconhecidas na manhã do dia 13 de Fevereiro. Embora nom se tenham produzido danos pessoais, além da destruição de umha parte notável das instalaçoms da empresa, fõrom danadas, com maior ou menor importância, mais de 40 residências de Solhães -a aldeia da freguesia de Calo onde se localiza a instalaçom-, segundo a associaçom de vizinhos Baiuca.

Apesar do perímetro se segurança estabelecido nas horas imediatamente posteriores à explosom, vizinhos e curiosos nom deixãrom de se aproximar da zona, talvez sem serem conscientes do risco que podia correr a sua integridade física, se bem que o principal temor fosse o de voltar a entrar nas casas, muitas delas sem telhado nem vidros nas janelas por causa da potência da onda expansiva, comparável a um terremoto de vários graus de magnitude. O ruído provocado foi perceptível num rádio de entre 10 e 20 quilómetros, acordando muitos vizinhos e vizinhas de concelhos próximos como Ames, Santiago de Compostela, Vedra ou Boqueixom.

Sobre as causas que motivãrom o sinistro, no fecho desta ediçom

ainda nom tinham finalizado as pesquisas da Polícia Científica. Por sua vez, o proprietário da empresa pirotécnica, Alfonso Calo Rama, assinala como hipótese mais provável "um curto-circuito", embora ninguém descarte que a catástrofe tenha tido outras causas como "que alguém entrasse para roubar", opçom que chegãrom a formular na Câmara Municipal.

Transferência das instalaçoms

Apesar de que muitas vezes protestãrom contra a permanência de Pirotecnia Calo na freguesia o certo é que estas instalaçoms parecem contar com as devidas autorizaçoms em regra. O único ponto em que poderia incumprir a legalidade seria a distância mínima entre a fábrica e as casas. Fontes consultadas por NOVAS DA GALIZA afirmãrom que, se se confirmasse este extremo, a responsabilidade seria da área de Urbanismo da Câmara.

Os vizinhos de Solhães lembram que nom é a primeira vez que se produz um incidente nas instalaçoms da oficina pirotécnica, já que há uns anos o sogro de Calo Rama se viu envolvido num sinistro em circunstâncias similares, falecendo poucos dias mais tarde pola gravidade das queimaduras produzidas.

Havia também quem salientasse a feliz casualidade de a explosom se ter produzido quase às seis e meia da manhã, quando faltavam menos de duas horas para começar a jornada de trabalho e nom havia pessoal na oficina pirotécnica. Calo Rama estava a negociar com a Câmara, desde havia várias semanas, umha nova localizaçom para a sua actividade, segundo confirmou o vereador de Urbanismo, Manuel Parajó.

Apólice de seguro

A legislaçom actual obriga a quem desempenhar umha actividade deste tipo ter contratada umha apólice de seguro obrigatória para cobrir hipotéticos danos a terceiros pessoas. Da parte da Delegaçom do Governo na Galiza assegurãrom que Calo tinha a sua apólice em ordem, polo que isto seria garante de que Mapfre, a empresa seguradora, se ocupasse do pagamento da reparaçom dos danos nos domicílios afectados. Porém, no fecho desta ediçom, Mapfre respondia que iam esperar à conclusom das investigaçoms para confirmar que devem efectuar tais pagamentos, sobretudo no caso de aquelas moradas que, presumivelmente, nom cumpriam com o perímetro de segurança que as devia separar das instalaçoms de Pirotecnia Calo.

Real Decreto sobre FP reduz competências da Junta

REDACÇOM / A Confederaçom Intersindical Galega (CIG) denunciou que o Real Decreto que regula os requerimentos básicos dos centros integrados de Formaçom Profissional reduz as competências da Administraçom galega.

Segundo afirmam no próprio sindicato, "surpreende que a Conselharia da Educaçom nom tivesse assistido à reuniom do Conselho Geral de FP de 21 de Dezembro", no qual se informou sobre essa iniciativa que, na opiniom dos sindicalistas, "reduz as actuais competências" deste departamento da Junta da Galiza.

Um dos aspectos mais conflituosos do Real Decreto, assinalam, é que para se obter a consideraçom de 'centro integrado' nom se poderá leccionar ESO. No entanto, permite-se a oferta de 'bacharelato', sempre que os alunos desta modalidade nom somarem mais de um terço do total do centro.

Para a CIG, esta disposiçom redundará, ainda, numha "gestom antidemocrática", já que nom prevê a participaçom dos estudantes nos Conselhos Escolares, para além de dar plenas capacidades aos directores para contratar pessoal e desenvolverem as açoms formativas.

Protesto de carteiros contra o contrato colectivo

REDACÇOM / Os sindicatos CIG, USO e CGT denunciãrom as restriçoms que lhes imporã o novo contrato colectivo. Entre elas, o facto de nom se criar um quadro de doenças profissionais e de serem priorizadas as "medidas repressivas" para combater o grande absentismo dentro deste grémio.

Porém, na CGT advertem que se existe absentismo é porque há múltiplas doenças relacionadas com a profissom que carecem de qualquer reconhecimento, mas "a empresa [Correios] nom se detivo a analisar quais som as causas a que isto se deve".

Segundo Julia Iglesias, responsável por este sindicato, "muitos companheiros manipulãrom cargas pesadas que lhes provocã problemas nas costas ou transtornos musco-esqueléticos".

Também reclamãrom melhorias salariais, já que denunciãrom que desde há vários anos vemhem perdendo poder aquisitivo "enquanto sobem os gastos, sobretudo de carburante", e o contrato que se está a negociar em Madrid "parece que quer congelar a situaçom até 2008", razom pola qual já advertiãrom que poderiam convocar mobilizaçoms.

FEG afirma que Sogama e a reciclagem som incompatíveis

REDACÇOM / A Federaçom Ecologista Galega (FEG) afirma que o modelo de Sogama torna inviável a existência no País de empresas de reciclagem, já que a taxa de recuperaçom de lixo deixada a estas empresas é "mínima". Neste sentido, o presidente de Sogama, Bermúdez Alvite, anunciara a criaçom de umha empresa de reciclagem na Galiza, mas para a FEG isto "parece só umha desculpa para justificar o injustificável".

Precisamente, a organizaçom ambientalista denuncia que

desde a aprovaçom do Plano de Gestom dos Resíduos Sólidos Urbanos há nove anos, "as câmaras municipais estã a pagar cada vez mais cara a gestom do lixo a Sogama". Ainda, acusãrom esta empresa de realizar "um tratamento deficiente" destes resíduos.

Na opiniom da FEG, para que na Galiza se pudessem criar ou estabelecer empresas de reciclagem seria necessário um novo modelo de gestom dos RSI de modo comarcalizado e baseado na reduçom e na compostagem.

Embora
Tras San Fiz de Solovio, 2
15704 Compostela
emboracafe@mizmail.com
GZ
Cafe

BREBAXE
ITALPICA

o pichel
centro social
rua santa clara, 21
compostela

Manolo
Caamaño
Añón

Cerâmica de Roda
(em gres e porcelana)
Vintosa, Covas
15004 AMES, Galiza
001 890 009
<http://mcaamanho.cjb.net>

abastos
zona velha • compostela

CRONOLOGIA



◆ 10.01.2006

Pesca. Ministra da Agricultura afirma que as multinacionais de pesca galegas podem perder as ajudas da UE.

◆ 11.01.2006

Estatuto. Presidente da Junta assegura que o novo Estatuto "será de todos ou de ninguém".

◆ 12.01.2006

Ourense. Denunciam manobras ilegais na Câmara Municipal.

◆ 13.01.2006

Partido Popular. Alfoso Rueda novo secretário geral do PPdeG.

◆ 15.01.2006

Partido Popular. O Congresso galego elixe Feijóo novo presidente do PPdeG.

◆ 16.01.2006

Pesca. Confrarias de pesca desconformes com as ajudas pola maré negra.

◆ 17.01.2006

Trabalho. Greve de ambulâncias com veículos queimados.

◆ 18.01.2006

Tensom. Presidente da Deputación de Lugo compara Zapatero com golpistas.

◆ 19.01.2006

Trabalho. Junta constata que 92% dos contratos som a prazo.

◆ 21.01.2006

Expropriações. Conselharia da Política Territorial paga dívidas por expropriações.

◆ 22.01.2006

Estatut. PP denuncia falta de transparência no acordo para Estatuto catalán.
23.01.2006

Povo Cigano. Ciganos galegos som discriminados segundo o provedor da justiça.

◆ 24.01.2006

Estatut e Estatuto. Partidos galegos exigem o mesmo trato para a Galiza que para a Catalunha no processo estatutário.

◆ 25.01.2006

Trabalho. Taxa de temporalidade na Galiza é de 35%

ADEGA reclama infra-estruturas do transporte sustentáveis



Ecologistas apostam num modelo ferroviário alternativo ao do AVE, de enorme impacto ambiental / Arquivo NGZ

REDACÇOM / A Associação para a Defesa Ecológica da Galiza (ADEGA) está a reclamar um compromisso da Junta para o futuro Plano de Infra-Estruturas do Transporte se adequar a um modelo sustentável "sem depender quase exclusivamente do transporte por estrada". Assim, propõem que a Administração galega tenha como prioridade a criação de proximidade, a redução da procura e o uso de veículos menos poluentes.

A organização ambientalista também aposta "num modelo ferroviário misto de passageiros e mercadorias" a 200 quilómetros por hora que una as principais cidades do País, medida que consideram "inadiável", nomeadamente

quanto à velha reivindicação de umha linha férrea entre Lugo e Santiago de Compostela.

Finalmente, a ADEGA propugna a criação de serviços ferroviários de proximidade, começando por Vigo-Ponte Vedra e Corunha-Ferrol, junto com o fomento do transporte público no meio rural. Para isto último seriam aproveitadas as linhas de transporte escolar ou criadas empresas mistas "onde falharem outras iniciativas".

Pena Trevinca

Por outra parte, a ADEGA também denunciou que o projecto de estação de motanha em Pena Trevinca é um exemplo "de insustentabilidade

ambiental", já que se situa dentro da Rede Natura e, aliás, trata-se de "um dispêndio económico".

Nestes termos valorizam a iniciativa de autarcas e empresários da zona de reclamação da Junta um orçamento de 37 milhões de euros para construir uma pista de esqui, vários teleféricos, um tele-esqui e um albergue.

Embora da parte da ADEGA reconheçam que o turismo de montanha é "umha de muitas oportunidades para umha zona deprimida", aduzem que estas se ham de procurar noutras modalidades, já que entendem que o único benefício deste projecto é para o negócio da construção.

Greve de ambulâncias continua com grande adesom

REDACÇOM / Nas sete principais cidades da CAG, onde se situa 90% da actividade sanitária da Galiza, a paralisação foi de 100% segundo os trabalhadores. A greve de ambulâncias está a ter um seguimento maciço mas o patronato nom quer sentar-se a negociar. A três de Fevereiro os trabalhadores recebiam umha proposta que se cingia a aceitar mudanças no aspecto económico, propondo subir em cinco anos a subida reclamada para este, e em que se evitava revisar as condições laborais em que se desenvolve a actividade. Os trabalhadores reclamavam desde há já um ano (em Fevereiro de 2005 começou a negociar-se um contrato colectivo galego) o remate da precariedade laboral que padecem, com baixos salários e jornadas de guarda de 12 a 24 horas. Fortalecidos polo êxito das jornadas de 18, 19 e 20 de Janeiro, nesta última com umha manifestação em Vigo em que

participaram 350 trabalhadores e trabalhadoras e na qual a polícia detivo - ilegalmente segundo a CIG, UGT e CCOO, sindicatos convocadores- Ernesto López Rei, secretário comarcal de Transportes da CIG na Corunha e porta-voz dos trabalhadores no conflito, começaram umha nova convocatória nos dias 9, 10, 13 e 14 de Fevereiro que contou com idênticas adesões. Perante estas novas jornadas, o presidente da Junta, Emilio Pérez Touriño, anunciou o seu propósito de exercer de mediador com a Conselharia da Saúde. Ernesto López Rei já manifestou logo depois da primeira reunião com a conselheira María José Rubio Vidal que nom havia intenção de negociar os serviços mínimos já que pensavam fazer um decreto de obrigado cumprimento, com o qual a CIG decidiu nom assistir à seguinte reunião para acordá-

los acusando a Conselharia de prepotência. Ademais, no dia 11 de Fevereiro, a polícia detinha na Corunha um condutor de umha ambulância medicalizada enquanto estava a realizar estes serviços mínimos provocando o desatendimento temporário de um serviço que se considerava fundamental para a população: só havia na cidade duas ambulâncias medicalizadas em activo e a outra estava atendendo umha urgência. O trabalhador estava acusado de ter furado umha roda. Ernesto López Rei denunciou esta detenção por pretender criminalizar os trabalhadores, deslegitimar a greve e assustar os grevistas para nom participarem nos piquetes. À espera dos resultados da mediação de Pérez Touriño, a greve de ambulâncias continua nos dias 23, 24, 27 e 28 de Fevereiro, e entre os dias 6 e 10, e 20 e 24 de Março.

Reintegracionismo volta à TVG vinte anos depois de Carvalho Caleiro

REDACÇOM / Algo está a mudar na TVG, ou pelo menos essa é a imagem que a nova direcção da mesma quijó deixar entrever no passado dia 7 de Fevereiro, convidando o porta-voz do Movimento Defesa da Língua (MDL), Carlos Figueiras, a participar numha entrevista do programa matutino Bons Dias. A própria Marga Pazos, que conduziu a entrevista junto com Carlos Amado, assegurou que "nem sempre tinha sido possível falar de certos temas nos meios de comunicação". Carlos Figueiras (colaborador habitual deste jornal), tivo a oportunidade de desfazer numerosos preconceitos em que os entrevistadores nom deixáram de insistir, como as relações do reintegracionismo com o independentismo ou a origem neofalante da base social reintegracionista. Apesar do interesse do diálogo, os apresentadores mostravam também certa desinformação, nomeadamente quando insistiam no facto de as 'normas' se falarem ou nom "na rua". Porém, fontes reintegracionistas restáram importância a esta detalhe, que consideráram previsível depois de o debate ter sido afastado da opinião pública durante tantos anos.

O BNG de Sada denuncia fundos desorbitados para imprensa

REDACÇOM / O BNG de Sada denunciou que o gabinete de imprensa municipal, formado por umha só pessoa, tem orçamentado 12 vezes mais dinheiro que a Polícia Local, concretamente 68.000 euros face a 5.500. Para os nacionalistas, "nom existe justificação" para que o referido gabinete se veja beneficiado em detrimento dos centros escolares -40.000 euros anuais- ou o Escritório da Juventude -apenas 350-. Ainda, também denunciáram "outros gastos supérfluos", como o de telefonia móvel, para a qual se destina umha verba de 16.000 euros para a equipa de governo e mais 12.000 para o departamento de comunicação. No BNG sadense pedem ao presidente da Câmara, o popular Ramon Rodríguez Ares, que explique como umha só pessoa - o responsável de imprensa- poderá gastar até 1.000 euros mensais em telefonia móvel por conta do erário público.



CIG-Metal defende a proposta de manter a titularidade pública do complexo / Arquivo NGZ

Indústria assegura que a entrada de capital privado em Navantia-Fene nom significa a sua venda

As centrais sindicais desconfiam da proposta de privatização enquanto a Conselheira da Indústria espera resposta da SEPI

REDACÇÃO / A Conselheira da Indústria propujo à Sociedade Estatal de Participações Industriais (SEPI) a criação de um grupo de capital galego apoiado nas caixas para elaborar o Plano de Industrialização de Ferrolterra e a sobrevivência dos estaleiros da antiga Astano. O plano de Fernando Blanco assenta na eliminação dos limites à produção civil para a fábrica e na formação de um consórcio de capital apoiado por Caixanova e Caixa Galiza. O titular de Indústria, o nacionalista Fernando Blanco, apresentou o plano ao presidente da sociedade estatal, Enrique Martínez Robles, e está a aguardar "a resposta da SEPI" a um plano que o conselheiro qualifi-

cou no parlamento "como umha boa solução para a refluatuação do sector naval na Galiza, estratégico nom só para Trás-Ancos, mas também para todo o País". Blanco aguarda a resposta, que teria que ter-se produzido no mês de Fevereiro, para criar umha comissão de trabalho que seria integrada pola Junta, a SEPI, o empresariado ferrolano e os sindicatos com representação na actual Navantia. O titular de Indústria da Junta entende que permitir a entrada de capital privado em Navantia de Fene "nom implicaria a renúncia do carácter público do estaleiro". A proposta feita à SEPI, segundo Blanco, é "genuína da Junta" e tem por objecto "garantir a viabilidade da fábrica fene-

sa dando soluções e alternativas à desocupação do estaleiro". Fernando Blanco anunciou ainda a abertura do Centro Tecnológico do Naval para Ferrol, para o qual Indústria tem previsto assinar um convénio com a Universidade, visando "revitalizar o sector naval como um sector de futuro". Os sindicatos de classe, porém, sentírom-se "enganados e vendidos" já que o conselheiro nom os informou do Plano da Conselheira nem das intenções de Fernando Blanco de criação deste consórcio para a reindustrialização da comarca. As centrais sindicais entendem que o plano seria "umha aposta da Xunta para vender a antiga Astano às empresas galegas".

A Confederação Intersindical Galega manifestou através do secretário nacional da CIG-Metal, Miguel Malvido, o compromisso do sindicato na defesa de um complexo integral para a Ria de Ferrol, de titularidade pública, ao mesmo tempo que reclamou o levantamento dos vetos impostos para a construção civil. CIG-Metal defende a proposta de manter a titularidade pública do complexo, com a participação da Junta da Galiza e o cumprimento do Plano Galiza quanto às iniciativas aprovadas nos parlamentos espanhol e galego. Malvido sentenciou que em Ferrol "já se aplicárom quantos inventos passárom pola cabeça da administração e todos fracassárom".

Iniciática popular em defesa dos rios será debatida no Parlamento galego

REDACÇÃO / A poucas semanas de que a ILP em Defesa dos Rios Galegos seja debatida no Parlamento da Galiza, a Comissão Promotora organizou a 28 de Janeiro umhas jornadas no Museu do Povo Galego. As consequências que o excessivo aproveitamento hidroeléctrico e a contaminação temem nos leitos fluviais fórom explicadas por professores de várias universidades do Estado, que exemplificárom o caso galego. Além disso, Laura Seara e Carlos Aymerich, que intervinhérom na mesa redonda que fechou os actos em representação dos grupos parlamentares do PSOE e do BNG, respectivamente, manifestárom-se a favor da ILP e mostrárom a vontade de implementar as reivindicações expostas nela, segundo declarou Daniel López Vispo, membro da

Comissão Promotora. Nas últimas semanas os contactos da comissão com membros do governo galego e dos grupos políticos fórom numerosos e, ao que parece, esperançosos. No dia 2 de Fevereiro houve umha reunião com representantes da Conselheira do Meio Ambiente encabeçados polo presidente de Águas da Galiza, tendo-se comprometido a promoverem fórmulas de colaboração no caso da ILP ser tida em conta e superar o trâmite parlamentar. Além disso, Daniel L. Vispo valoriza positivamente o facto de que o conselheiro Manuel Vázquez tenha suspenso 41 projectos de minicentrais (24 novos pedidos, 8 projectos de ampliação e 9 expedientes de extinção) como sendo, em certa medida, sintomático de umha mudança na manei-

ra de gerir as políticas ambientais do bipartido galego. Assim, Vázquez anunciara no Parlamento umha nova política hidráulica que recolhia de maneira aproximada várias das reivindicações presentes na ILP, se bem que esse anúncio nom fosse concretizado na altura, para além das paralisações anunciadas, a maior parte das quais correspondem a projectos que nom tinham sido iniciados. Deve assinalar-se que nos rios galegos há 88 instalações hidroeléctricas de potência nom superior aos 10 W, e 34 que sim ultrapassam essa potência. A Comissão promotora da Iniciativa entrevistou-se também recentemente com membros do grupo parlamentar do Partido Popular, que se mostrárom mais reticentes aos requerimentos expostos nesse texto, principal-

mente no referido aos aproveitamentos hidroeléctricos existentes na Galiza e a questons de saneamento, pontos em que a ILP fai umha crítica nom mencionada explicitamente à gestom do governo popular. O Conselho da Junta aprovou neste mês de Fevereiro a revisom do Plano Sectorial Hidroeléctrico de 2001, que deverá servir para incidir na recuperação de ecossistemas fluviais (cujos danos já foram salientados num manifesto por um grupo de investigadores da USC) e para travar a sobre-exploração dos leitos galegos, que nom responde senom a um critério de esbanjamento sem controlo, pois a energia gerada nom está a servir em nenhum caso como alternativa a outras provenientes de combustíveis fósseis.



◆ 26.01.2006

Habitación. Junta porá em andamento novo plano de habitación social.

◆ 27.01.2006

Sara. Delegación da Frente Polisário visita a Galiza

◆ 28.01.2006

Política galega. Tourinho propom a Feijóo integrar-se em debates importantes.

◆ 30.01.2006

Negócios estrangeiros. Assinados pactos entre as Astúrias e a Galiza.

◆ 31.01.2006

Ambiente. Visita da ministra española do Ambiente à Galiza.

◆ 01.02.2006

Cidade da Cultura. Junta da Galiza e Cámara Municipal de Compostela querem dar conteúdo à Cidade da Cultura.

◆ 02.02.2006

Estatuto. Primeiros trámites para a reforma do Estatuto galego.

◆ 03.02.2006

OPA. Governo espanhol aprova OPA sobre Endesa.

◆ 04.02.2006

Trabalho. Tourinho garante estabilidade laboral nas Pontes e Mugaros.

◆ 05.02.2006

Autonomia. Quintana pede que a Galiza gera os seus impostos.

◆ 06.02.2006

Indústria. Conselheiro denuncia que a Galiza perde 1.240 milhões em ajudas ao carvom.

◆ 07.02.2006

Deputacións. Conselheiro da Presidência anuncia intençom de reformar as Deputacións.

◆ 09.02.2006

Portagens. Tourinho anuncia que o acordo para o encerramento das portagens em Rande e Baracala está preparado.

◆ 10.02.2006

Vázquez. Presidente da Cámara da Corunha nomeado embaixador vai para o Vaticano.



INTERNACIONAL



NOTAS DE URGÊNCIA SOBRE A POLÍTICA INTERNACIONAL

BOLÍVIA / CONFLITO BASCO / PALESTINA

DUARTEFERRÍN / Bolívia aguarda expectativa as primeiras medidas de Evo Morales
Evo Morales e o seu partido, o MAS (Movimento ao Socialismo), ganhou as eleições com 54% dos votos face a 29% do adversário mais próximo, apesar de o Conselho Eleitoral ter eliminado quase um milhão de eleitores do censo (a maioria votantes indígenas de Evo) por razões técnicas. Venceram apesar da oposição dos principais meios de informação electrónicos e impressos, das associações de empresários e proprietários de minas e das intervenções e ameaças da embaixada dos Estados Unidos. As pessoas não se deixaram influir pelas 24 horas de avalanche de propaganda suja levada a cabo em todos os meios de comunicação.

Os EUA advertiram que deveria governar por "métodos democráticos"; entretanto, pouco depois das eleições, as Forças Especiais estado-unienses, com base no Paraguai, iniciaram umhas manobras militares na fronteira com a Bolívia.

A chegada ao governo de Evo Morales coloca um interrogante quanto à margem de acção da nova administração, a relação que construirá com os movimentos sociais e como enfrentará os grandes problemas nacionais: a legalização dos cultivos de coca, a nacionalização dos hidrocarbonetos, a relação com os EUA e com o Mercosur... Há quem veja em Evo um novo Lula e há quem esteja seguro de que será um novo Chávez. As organizações sociais e

populares mais combativas e revolucionárias da Bolívia já ameaçaram com fazer renunciar o novo presidente se este não cumpre com as suas promessas de nacionalizar os hidrocarbonetos, aumentar os salários, dar terra aos camponeses e erradicar o neoliberalismo.

Presos e presas bascas no México

A Suprema Corte de Justiça da Nação (SCJN) emitirá em breve uma resolução sobre o recurso de inconstitucionalidade apresentado pela defesa dos seis cidadãos e cidadãs bascas presas na cidade do México, depois de um julgamento em que se produziram constantes irregularidades e violações da Constituição mexicana.

Se se produzisse esta extradição estaria a ser violada a Constituição mexicana e o Tratado Bilateral de Extradição, já que o pedido de extradição se realizou para o grupo e não individualmente, tendo-se realizado o mesmo auto para todas as pessoas e não existindo uma exposição de factos quanto ao modo, lugar e tempo dos supostos actos criminosos dos inculpados e das inculpadas; tampouco se incluiu uma qualificação legal dos factos com a inclusom expressa dos prazos de prescrição; os supostos factos, não constituem actos criminosos no México, não se enquadram em nenhum tipo penal mexicano e têm a ver, na realidade, com o quadro jurídico e político do Estado espanhol; estariam a ser extraditadas pessoas por causa da

ideologia política das mesmas, e entre elas um cidadão mexicano: Asier Arronategui Duradle. Para além disso, não estaria a ser considerado o facto de que estas pessoas poderam ser submetidas a tratos cruéis, inumanos ou degradantes no Estado espanhol, país com um avultado expediente nos Relatórios anuais do relator para a Questom da Tortura da Organização das Nações Unidas e com uma constante presença nos relatórios sobre tortura realizados pela Amnistia Internacional durante as passadas três décadas.

Palestina: A democracia não é a substituta da resistência

O movimento islâmico Hamas, vencedor das eleições palestinianas, não reconhecerá o Estado de Israel apesar das ameaças da Europa e dos EUA. A resistência à ocupação será a base do seu programa de governo e não vai renunciar às fronteiras anteriores a 1967.

Numha conferência de imprensa realizada no Cairo, Jaled Mishal, chefe do escritório de política do Hamas dixo: "exerceremos a política como queremos nós, não como querem os EUA"; "O nosso programa é a resistência e continuaremos com ela até recuperarmos os nossos territórios, Jerusalém inclusive, e logramos o retorno dos refugiados", "A democracia não é um substituto da resistência, a democracia é a nossa alternativa para o interior".

NOVAS DE ALÉM-MINHO

NUNO GOMES / O prolongamento da auto-estrada A28 para além de Caminha foi adiado pelo governo português. Este considera que a construção de uma nova ponte entre Caminha e a Guarda "Não se encontra prevista, nem se considera necessária", e que "não se espera estar concluído antes de 2013 o prolongamento do IC1 (A28) para Valença. Ficam assim goradas as expectativas da Comunidade Urbana Valimar, que já tinha encomendado um estudo de viabilidade da ponte sobre o rio Minho, e da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, que defende o prolongamento da A28 até Valença.

Este ano realiza-se a segunda edição do Campeonato Nacional da Língua Portuguesa. A final, a ocorrer em Maio em Lisboa, irá ter três categorias de idades: até aos 15, dos 15 aos 18, e maiores de 18. Os concorrentes podem ter qualquer nacionalidade, tendo como única condição o domínio da língua portuguesa.

O aeroporto Francisco Sá Carneiro, o maior do noroeste peninsular, quer ultrapassar a curto prazo o conjunto dos três aeroportos da Galiza. Este equipamento, situado em Pedras Rubras, nos arredores do Porto, teve pela primeira vez um aumento de movimento superior ao do aeroporto da Portela, em Lisboa. Os voos internacionais, que constituem 80% do total de voos do Sá Carneiro, são a sua maior valia em relação aos aeroportos galegos.

Emílio Perez Tourinho revelou, numa entrevista ao jornal Público, que o "comboio rápido" chegará a Tui em 2009, independentemente da evolução do projecto do lado português. O comissário europeu de transportes, Jacques Barrot, tinha já reforçado que a ligação entre o Porto e Vigo irá ser feita em Alta Velocidade. O governo português afirmou entretanto que a ligação, do lado português, nunca será em Alta Velocidade, mas em Velocidade Elevada (com o limite de 250 km/h), e que o prazo inicialmente anunciado (2009) já não será cumprido.

Portugal formou, desde o ano lectivo 2003/2004, 6 mil professores de língua portuguesa, no âmbito da cooperação com o Estado de Timor-Leste. O objectivo deste plano é a reintrodução da língua portuguesa na antiga colónia.

Abriu no passado dia 1 de Fevereiro uma exposição dedicada a Ângela de la Cruz, com o título de "Ângela de la Cruz, trabalho". A mostra, que termina no dia 30 de Abril, decorre na Culturgest, em Lisboa.

De forma a promover a inclusão dos alunos estrangeiros, o Ministério da Educação tem vindo a promover medidas para a implementação do português como língua não materna. Os alunos provenientes de estados cuja língua oficial não é o português atingem, no nosso sistema educativo, o número de 60 mil.

Para a especulação, tudo serve

FORO SOCIAL POLA DEFENSA DO POVO

OS PLANOS PROPOSTOS NOM DEIXAM PARA AS GERAÇONS FUTURAS UM SÓ HECTARE DE TERRENO QUE NOM ESTEJA AFECTADO POR ESPAÇOS NATURAIS, COSTAS, RIOS OU MONTE COMUNAL. POR DESGRAÇA, AS ZONAS VERDES SITUAM-SE EM LUGARES NOM EDIFICÁVEIS POR LEI, ALTERANDO OS ESCASSOS ESPAÇOS NATURAIS E LEVANDO OS ESPAÇOS SINGULARES AO DETERIORO DOS VALORES AMBIENTAIS E NATURAIS, SUBMETENDO ECOSISTEMAS VALIOSÍSSIMOS A UM ALTÍSSIMO USO RECREATIVO NA ÉPOCA ESTIVAL. OS ESPAÇOS NATURAIS DE IMPORTÂNCIA PASSAM A SER ILHAS DENTRO DAS URBANIZAÇONS

A evolução da população nos últimos anos nom justifica o volume urbanizador que se pretende. Tudo serve, e a LOUGA permite edificar a totalidade do solo em que se pode instalar umha vivenda, trocando a actual paisagem de terras agrícolas e florestais por quilómetros e quilómetros de casas geminadas.

Em nenhum momento se estuda seriamente a sustentabilidade ambiental e o impacto territorial e paisagístico das actuações que se pretendem, obrigatório em cumprimento da Lei 9/2002 de Ordenaçom Urbanística e Protecçom do Meio Rural da Galiza, garantindo a qualidade de vida e facilitando novas oportunidades económicas e sociais com o menor consumo de recursos e emissom de resíduos possíveis.

Os planos propostos nom deixam para as geraçons futuras um só hectare de terreno que nom esteja afectado por espaços naturais, costas, rios ou monte comunal. Por desgraça, as zonas verdes situam-se em lugares nom edificáveis por lei, alterando os escassos espaços naturais e levando os espaços singulares ao deterioro dos valores ambientais e naturais, submetendo ecossistemas valiosíssimos a um altíssimo uso recreativo na época estival. Os espaços naturais de importância passam a ser ilhas dentro das urbanizaçons.

As figuras de planeamento escolhidas (grandes parcelas de SUD e SUND, nas quais os proprietários dificilmente chegarão a um acordo de edificaçom) exigem um desenvolvimento baseado em urbaniza-

çons realizadas por grandes construtoras que se desenvolverão em mui pouco tempo para especulaçom urbanística ligada ao turismo. O resultado final é a urbanizaçom da totalidade do solo nom afectado pola legislaçom, nom respeitando os recursos ambientais, e convertendo a costa, num curtíssimo prazo de tempo, numha zona residencial de veraneio, política que já se verificou falida noutros pontos do Estado com mais garantias de boa meteorologia, encarecendo o nível de vida, produzindo um colapso do trânsito rodoviário e sem melhor o bem-estar nem a qualidade de vida dos habitantes.

Apesar de ter aumentado a populaçom, nom som analisadas as necessidades de água nem se preveem lugares para

novas depuradoras, escolas, equipamentos, etc. As câmaras municipais só planificam "o betom e o tijolo" (quantas casas cabem nos terrenos urbanizáveis e quantas receitas implicarão).

Vai ser vendida umha 'foto' da actual costa galega com a qual seremos enganados nós próprios e os compradores de segundas residências, já que na realidade e depois de ter sido vendido todo o território estaremos a ocupar umha paisagem artificial de casas geminadas. A passagem dos terrenos agrícolas a urbanos, provoca tensons e acaba sempre em denúncias pola incompatibilidade entre o modo de vida tradicional e os novos vizinhos que nom se adaptam aos cheiros do campo, passando o nosso avô a ser um ilegal por ter quatro galinhas.

Diz-se que o solo se encontra infra-utilizado ou explorado em forma de horta de auto-consumo, prática que ajuda centenas de famílias a chegarem ao fim do mês e implica um modo de vida a que nom queremos renunciar. Noutras partes do mundo chamam-lhe agricultura ecológica e os produtos som mais caros que os da agricultura comercial.

Que acontecerá com as chuvas quando as zonas da cultivo sejam substituídas por zonas edificadas? Como serão recarregados os aquíferos?, que som cada vez menos por causa do abuso no consumo de água em jardins e piscinas de urbanizaçons propostas em numerosos Planos Gerais.

Foro Social pola Defensa do Povo
www.cangasnonseconde.org

FOI DITO

"O BNG E O PP DA GALIZA TENHEM AS MESMAS PRIORIDADES"

Anxo Quintana

Sobre a reuniom com Núñez Feijoo
26.01.06

"É INJUSTO CHAMAR FARAÓNICA À CIDADE DA CULTURA. INJUSTO COM OS FARAÓS PORQUE O QUE FIGÉROM NO EGIPTO FOI TUDO MENOS UMHA OBRA INÚTIL"

Carlos Luis Rodríguez

El Correo Gallego
01.02.2006

"COCA POR MAR, TERRA E AR. A POLÍCIA 'TRINCOU' EM 2005 DOUS MIL NARCOS" El Correo Gallego

05.02.06

"AS CRIANÇAS DEVEM ASSUMIR A NOSSA HISTÓRIA, QUE POR DESGRAÇA É DE GUERRAS, PARA LOGRARMOS GERAÇONS DE PAZ. E FAZEMOS ISSO À BRINCAR"

José Navas

Director do Museu Militar da Corunha. Sobre a secçom infantil em El Ideal Gallego. 05.02.06

"PRECISAMOS DE ARTICULAR UMHA ÚNICA VOZ QUE SE FAGA FORTE EM MADRID PARA NOS IMPORMOS"

Anxo Quintana

02.02.06

"O BASCO NOM É OFICIAL EM BADAJOZ, NEM O CATALÁN EM MÚRCIA, NEM O GALEGO EM MADRID. PORQUE HAVERIAM DE SÊ-LO EM BRUXELAS?"

Daniel Varela

Euro-deputado do PP
01.02.06

"VIVO EM PLENA 'MOVIDA', ENTRE OS CANTOS DE MOÇOS 'SOPLADOS'"

Fraga Iribarne

La Voz de Galicia
05.02.06

"DEPOIS DE 16 ANOS DE GOVERNO TALVEZ FOSSE CONVENIENTE UMHA MUDANÇA"

Manuel Fraga

Entrevista em TVE Galiza
13.02.06

PROJECTO GLOBAL

projectoglobal.com





A FUNDO

Especuladores defendem os privilégios por todos os meios perante os novos Planos de Ordenação

MÁFIAS URBANÍSTICAS ATENTAM CONTRA ELEITOS NACIONALISTAS NO VALE MINHOR

A saída do poder do PP nas passadas eleições gerais e autonómicas situou os promotores imobiliários beneficiados pelos anteriores governos numa posição diferente, perante a possível substituição de umhas empresas por outras e em relação às mudanças a aplicar quanto à ordenação urbanística pelos novos gestores. No Vale Minhor, por exemplo, boa parte do sector da construção está a manifestar um importante nervosismo pelos seus projectos, plasmado em diferentes ataques a representantes do BNG por terem manifestado publicamen-

te a sua oposição às irregularidades e abusos das empresas interessadas. A queima do carro de David Giráldez em Nigrám, o incêndio dos dois carros de Domingos Solla e parte da sua casa em Gondomar e a recente malheira recebida por Manuel Pereiro, também em Gondomar, som três exemplos destacados da pressão que os sectores imobiliários estão a exercer para assegurarem por todos os meios os seus projectos, numa escalada de violência que está a intensificar-se nos últimos meses.

CARLOS BARROS / Baiona, Nigrám e Gondomar som as três localidades que compoem o Vale Minhor, situado entre Vigo e o Baixo Minho. A sua faixa costeira e a proximidade da grande cidade convertem este núcleo urbano numa área de especial interesse para o sector da construção, especialmente pela sua função como 'vilas dormitório' e as praias. Os novos planos gerais de ordenação, que estão às portas de serem aprovados, preveem incrementar a sua população de pouco mais de 40.000 habitantes a 70.000. Para isto incrementar-se os espaços habitados para urbanizar, dado que os limites da planificação actual fôrom já esgotados e as numerosas solicitudes de obra das promotoras precisam de um ordenamento que as avalize. Perante este crescimento intensificado, que satura os espaços costeiros e cresce sobre as áreas rurais, nom faltam vozes críticas nem podem ser obviadas limitações naturais como a da água, cujo volume nom é suficiente para abastecer núcleos urbanos como os planificados.

O Plano de Ordenamento de Gondomar, aprovado em 1997, foi paralisado polo Tribunal Supremo após ter sido denunciado polo PSOE local. A nova planificação urbanística para esta localidade, que complementa a expansom de Nigrám, foi elaborada pola empresa Taula e ainda está pendente de aprovação. O presidente da Câmara, do PP, reuniu-se com o grupo 'socialista' local para dar-lhe a conhecer o plano e analisar a sua viabilidade, umha vez que este partido propiciara a anulação das normas anteriores. No entanto, os representantes do BNG ainda nom tivêrom acesso a umhas normas urbanísticas que duplicarã a população da vila. No caso de Nigrám, com elementos em comum a Gondomar, o PSOE, o PP e um grupo de cidndios deste partido permitírom que Alfredo Rodríguez Millares, o presidente



A península do Monte Ferro é o último espaço sem urbanizar da costa do Vale Minhor. O enorme vial aprovado rodeará o espaço, abrindo caminho a novas requalificações que fan perigo o futuro da sua riqueza natural e patrimonial / GOOGLE EARTH

da Câmara, tivesse plena potestade sobre o documento regulador a aprovar, cuja tramitação foi iniciada há cinco anos pola Oficina de Planeamento S.A., e cujo conteúdo final só conhece Millares, que guardou a proposta de plano à chave antes de enviá-la à Junta, que deverá validar as suas linhas de demarcação. O regedor municipal de Nigrám é também director geral do Celta de Vigo, braço direito de Horácio Gómez e pessoa de plena confiança para o presidente da Deputação de Ponte Vedra, Rafael Louzán, com quem partilha a iniciativa de abrir caminho à especulação na península do Monte Ferro.

O secretismo das câmaras municipais está a levantar numerosas críticas, mesmo entre os sócios de governo destas localidades. Nom obstante, numerosos indícios apontam a que elementos das promotoras e as construtoras conhecem de antemão as directrizes que serão aprovadas, como o derrube

O regedor municipal de Nigrám é também director geral do Celta de Vigo, braço direito de Horácio Gómez e pessoa de plena confiança para o presidente da Deputação de Ponte Vedra, Rafael Louzán, com quem partilha a iniciativa de abrir caminho à especulação na península do Monte Ferro

de árvores para favorecer requalificações ou a compra de valiosos lotes edificáveis em espaços que nom som até o momento urbanizáveis por parte de empresas da comarca e muitas outras forâneas, que compram no seu nome ou através de testas-de-ferro, factos denunciados em numerosas ocasiões pola oposição nacionalista e o activismo vicinal da zona.

Nos próximos meses a Junta haverá de dar saída a mais de sessenta planos de ordenação municipal, entre eles o de Oleiros, Ogrove, Cangas, Moanha, Ortigueira ou os três concelhos do Vale Minhor. A Lei do Solo de 2003 obrigava as Câmaras a adaptarem o seu urbanismo com base na nova regulação, facto que forçou a redefinição da planificação municipal. A redacção de novos planos é de facto umha oportunidade idónea para legalizar obras irregulares ou adaptar o ordenamento à medida dos especuladores nas localidades onde os governos caminham de

maos dadas com as construtoras. Os casos de Ponte Areias e Sada, os primeiros com os planos urbanos paralisados, som exemplos desta forma de utilizar o poder local que, como os factos confirmam, está bem estendida ao longo da Galiza.

Terrorismo contra as vozes críticas
Manuel Pereiro, ex-vereador do BNG em Gondomar, foi a última vítima da vaga de violência contra os sectores que questionam a especulação. No passado dia 10, recebia umha malheira de um proprietário de um terreno em que estava a efectuar obras ilegais, depois de o nacionalista lhe ter perguntado se a obra contava com licença. A 19 de Novembro, o atentado contra o carro particular do vereador nacionalista de Nigrám David Giráldez fazia públicas e tangíveis as pressões dos sectores interessados na especulação sobre os opositores. Em menos de dous meses, no dia 13 de Janeiro, Domingos Solla via arder os seus dous carros particulares e a parte frontal da sua vivenda numha nova agressom que acrescentava em intensidade a coacção destes sectores que, à espera das pesquisas judiciais, se identificam com o que o BNG chamou "máfias urbanísticas" cujos investimentos preveem índices de ganho de centos de milhares de euros. Na paróquia de Morgadães, as represálias da especulação mesmo acabavam por atingir um vogal do PP e a sua família, por ter apoiado este várias iniciativas do BNG que fôrom aprovadas nesta entidade local menor.

David Giráldez trabalha desde há 15 anos na oposição de Nigrám. Tem-se destacado por denunciar urbanizações irregulares, aterros em solo protegido e numerosas obras urbanas. Por sua vez, Domingos Solla é frigorista e delegado da CIG no hospital viguês do Meixoeiro. Vogal do BNG em Morgadães desde 2003, aprovou umha iniciativa na entidade menor para propor a ampliação do parque natural do Monte Aloia conec-



Os novos planos gerais preveem incrementar a população do Vale Minhor de pouco mais de 40.000 habitantes a 70.000. Os limites da planificação actual fórom esgotados e as solicitudes de obra das promotoras precisam do ordenamento que as avalize



Manuel Alejos, líder empresarial do Vale Minhor e presidente da CMMC de Panxom

tando-o com a Serra do Galinheiro, onde se mantêm canteiras em espaços nom reconhecidos pola ordenaçom municipal. E tem denunciado várias queimas de montes e abusos das serrarias em zonas protegidas.

O igrejário, também para especular

O Bispado da Diocese de Tui-Vigo mantém-se em silêncio quanto à venda da parcela do igrejário, situada em pleno centro de Gondomar, onde ocupa 4.000 metros quadrados. Ainda que no PGOM de 1997 se contemple como espaço de "baixa edificabilidade", nas ruas de Gondomar fala-se de que o solar foi vendido por mais de um milhão de euros com o "compromisso lógico de requalificação dos terrenos", conforme aponta o BNG, que vincula o vereador do PP Jorge Álvarez na trama, assim como a sua mae, Rosa Cristaleiro, empresária com propriedades ao pé do igrejário. A compra da parcela, doada ao Bispado pola vizinhança, produziu-se coincidindo com as datas de negociaçom do novo Plano de Ordenaçom.

Outro dos casos denunciados em Gondomar consistiu na permuta de um terreno municipal privilegiado que foi parar às maos da baionesa Promotora Colmeiro SA, que pagou 30.000 euros e contribuiu com um solar de muito menor valor para receber

A redaçom de novos planos é umha oportunidade idónea para legalizar obras irregulares ou adaptar o ordenamento à medida dos especuladores onde os governos locais caminham de maos dadas com as construtoras. Agora, a Junta haverá de dar saída a mais de sessenta planos de ordenaçom municipal

em troca um espaço urbanizável com um valor estimado que supera os cem mil euros e que estava proposto para alojar 50 vivendas de proteçom oficial.

E entre os industriais locais beneficiados pola política municipal sobressai José Fajo, proprietário de Fajo SL, a construtora mais conhecida de Gondomar que conta com vários prédios edificados sem licença no centro da vila e dispom de relaçom privilegiadas com o governo local, presidido por Carlos Silva.

Monte Ferro em perigo

A península do Monte Ferro, de alto interesse natural e paisagístico, representa o último espaço sem urbanizar desta área costeira. A Deputaçom Provincial aprovou, com o apoio da Câmara de Nigrám, um macroprojecto de estrada até a sua parte alta que para muitos consiste no primeiro

passo para destruir o que fica de um monte já muito afectado. A obra consiste no alargamento da via de acesso ao espaço florestal, que passará a contar com 12 metros de largura, 16 nalguns lanços, incorpora umha rotunda de 36 metros de diámetro e inclui obras de alumiado e canalizaçom de águas. A envergadura do projecto foi vinculada com as obras iniciais para construir no monte, o que levou boa parte da vizinhança a se organizar na Plataforma Salvemos Monte Ferro para impedir novas agressões sobre o espaço natural.

A Comunidade de Montes de Panxom, liderada polo Presidente da Associaçom de Empresários do Vale Minhor, Manuel Alejos, consente em principio o projecto. O próprio Alejos defendeu o derrube sem licença de árvores no Rapom por parte do proprietário de umha parcela privilegiada polo futuro alargamento da via. Aliás, recentemente já tinham sido cortadas árvores na parte norte do monte, de propriedade comunal, facto que está a ser investigado pola Conselharía do Meio Rural enquanto o presidente da Comunidade de Montes assegura contar com autorizaçom. A Lei de Montes em Mao Comum só permite reclassificar como urbanizáveis espaços sem massa florestal, polo que cortar as árvores é um passo necessário se se pretende mudar o uso do solo.

A construçom da via sobre o Monte Ferro foi adjudicada à lalinense Taboada e Ramos S.L., empresa que cresceu decisivamente com as obras realizadas para Xestur e outras entidades vinculadas às instituioes. Esta empresa fora acusada de desviar fundos para sociedades de militantes do PP, como já informou NOVAS DA GALIZA. A obra conta com um orçamento de 360.000 euros a financiar entre a Deputaçom e a Câmara Municipal, e está acompanhada por requalificaçom parciais sobre a área protegida da península.



"Ninguém me calou nunca a boca e ninguém ma vai calar"

DOMINGOS Solla, VOGAL DO BNG EM GONDOMAR

O vogal do BNG na entidade local de Morgadães, Domingos Solla, continua a trabalhar no restauro da parte afectada da sua morada, que estava em venda desde antes do atentado. Sindicalista e activista vicinal, destacava-se pola defesa da Serra do Galinheiro e as suas iniciativas na entidade onde é representante eleito. Agora mora em Vigo mas nom abandonará o trabalho na sua paróquia natal.

Como explicas este salto na pressom dos especuladores?

Depois de perderem as eleicoes do governo estatal, e de perderem também o governo galego nom sabem que ham de fazer. Aqui, em Gondomar, mesmo contando com os votos da emigraçom, tivérom a maioria absoluta por umha diferença de só um voto. Estám a ver que nom sabem governar, que som uns inúteis. Nom som políticos, só vam polos seus interesses. E o facto de ver que perdem poder pom-nos nervosos.

Quem pudo estar interessado no atentado?

Desde a campanha eleitoral, quando propugemos declarar o Galinheiro como parque natural, tivem ameaças de pessoas vinculadas com as canteiras, as serrarias e a construçom. Estivemos também alerta contra umha serra irregular, denunciando despejos e aterros de umhas velhas canteiras denunciadas pola Câmara Municipal e Meio Ambiente... Realizamos umha tarefa contínua de denúncia política. Nós somos

contra todos estes atropelos que se estám a produzir constantemente. O próprio presidente da Câmara reconheceu que estava implicado nuns destellos em zona rústica que depois se viu obrigado a paralisar. Supostamente, era um projecto de construçom de moradias; assim que o facto de estes projectos serem travados é algo que lhes dói. Eles só entendem de fazer dinheiro rápido e fácil. Som todos amigos, todos comem juntos.

Como valorizas a resposta do teu círculo?

Recebim apoios e solidariedade de muita gente. Os e as vizinhas de Vilas, o meu lugar, recolhérom assinaturas e queriam abrir umha conta para me ajudarem com os gastos. O senhor presidente da Câmara de Gondomar demorou três dias a chamar-me, e só o fixo quando viu as orelhas ao lobo, quando o assunto já chegara ao Delegado do Governo. A polícia municipal nom fijo acto de presença. Isso sim, ninguém me calou nunca a boca e ninguém ma vai calar. Agora temos que dar tempo às investigaçom a ver se dam em algo.

Que tipo de relaçom pode guardar com o atentado de Nigrám?

Os principios som os mesmos, tudo tem a ver com a especulaçom e a construçom. Pode que nom sejam as mesmas pessoas, mas sabemos o que está a acontecer. É semelhante ao que se passa em Baiona, na Costa da Morte e na maior parte das vilas onde cresce a construçom.



ENTREVISTA

Xosé Manuel Beiras: “O nacionalismo ou é soberanista ou nom é nacionalismo”

O HISTÓRICO LÍDER DO BNG ANALISA O PRESENTE POLÍTICO E AS EXPECTATIVAS DO PAÍS E O NACIONALISMO

NGZ/ Num segundo plano da vida institucional, Xosé Manuel Beiras continua a observar atentamente o curso da nossa realidade galega e a manter, com a análise e a intervenção pública, o seu compromisso nacional. Transcorrido mais de meio ano de governo bipartido, valoriza com

certa distância o processo de mudança, opina sobre as expectativas reais que abre o reformismo estatutário e julga com preocupação o papel dos meios, a 'recolonização' da economia galega e o corte de direitos e liberdades. Destes e outros temas falou para NOVAS DA GALIZA.

- Para começar, gostaríamos de conhecer a tua posição perante as clássicas posições do 'atraso'. Que resta do 'colonialismo' a mais de trinta anos da publicação da tua obra de referência?

- O que hei de levar em conta, em primeiro lugar, é que a primeira edição do *Atraso* [em referência a *O Atraso Económico da Galiza*] foi escrita e editada num regime de censura (tivo que estar seis meses submetida a uma censura prévia); isso significa que eu também me autocensurei, exprimindo com eufemismos o que haveria de exprimir com categorias conceituais muito mais explícitas. Isso é o que figem na redacção dos anos 90 com notas a rodapé. Além disso, há uma segunda questão: pola minha própria evolução no plano das categorias de análise, dez anos depois de sair o *Atraso* publico o ensaio *Por unha Galiza Liberada* e avanço quanto a algumas das categorias anteriores que utilizava; é o caso do 'colonialismo interior' de Lafont.

Dito isto, se contrastamos o livro do *Atraso* com a realidade actual, evidentemente há cousas que mudárom qualitativamente, polo que o livro já nom tem plena vigência: é o caso da economia agrária e marinheira, vítimas da reconversão e o etnocídio. O conceito de atraso estrito, que se refere em rigor ao nível das forças produtivas, nom é aplicável.

Porém, de outra forma, estamos a assistir nos últimos tempos a um processo de recolonização brutal, de ressurgimento dos mecanismos de opressom colonial. Chega com ver a desposseom de espaços de capital autóctone -o que está a acontecer com FENOSA, ou o caso da agro-indústria. Estám-se a reforçar qualitativamente os recursos recolonizadores. Por outro lado, existe unha projecção dentro da Galiza dos fenómenos da chamada globalização, nos quais o nosso país entra como periferia.

Em resumo, as diagnoses do 'atraso' tivérom unha projecção importante que nom impedem que tenhamos de falar de unha actualização, de um reajustamento.



“No noso próprio espaço intelectual e ideológico-político, existe unha retinência a utilizar o concepto de colonialismo, como utilizar conceptos da categoria do valor marxista; nom porque perdessem validez, mas porque nom está bem visto” /S. REI

- Mas estas teses clássicas nom tenhem já tradução na política convencional...

- Claro. Nuns casos isso nom é grave: no nível mundial, traduzírom-se por outras categorias. Expressam fenómenos análogos referidos ao contexto actual. Refiro-me ao grande debate mundial gerado à volta dos fóruns sociais. Trata-se das teses dos Arrighi sobre o 'longo declínio', ou de Brenner, ou de Harvey sobre o 'novo imperialismo', ou de Peter Gowan... de toda a gente que está a participar mais directamente neste debate, como Samir Amin, Nader... o que variam é o léxico e os instrumentos conceituais, dado que as formas de inserção da periferia no centro nom som iguais que há décadas. Logo, em troca, no nosso próprio espaço intelectual e ideológico-político, existe unha retinência a utilizar o conceito de colonialismo. Em parte porque na classe política nom está bem visto, como utilizar conceitos da categoria do valor marxista; nom porque perdessem validez, mas porque nom está bem visto. Também pola própria evolução dos analistas: estamos

Estamos a assistir a um processo de ressurgimento dos mecanismos de opressom colonial. Chega com ver a desposseom de espaços de capital autóctone ou o caso da agro-indústria

política com as reformas estatutárias se correspondem com a possibilidade de mudanças reais?

- Depende quais sejam as expectativas. Se para o nacionalismo político hoje presente e participante nas instituições som as de lograr unha nova redacção da fórmula de autogoverno, sim; se as expectativas som as formuladas na Declaração de Barcelona, que implicava unha segunda transição e unha reforma da constituição a fundo, entom evidentemente que nom. Eu compreendo as atitudes possibilistas nas instituições, porque é muito complicado safar-se da camisa de força que estabelece um regime muito forte, sobretudo desde a involução brutal do aznarismo; eu mesmo na política prática tive que adoptar posições possibilistas. O grave seria que o que há que fazer na política institucional para ter base eleitoral suficiente e massa crítica -o que eu chamo alternativa de governo- dilua o referente do projecto político para ficarmos no puro possibilismo. Eu tenho manifestado reiteradamente que sou marxista, mas de prática social-democrata no institucio-

na fase do pensamento 'light' e isso dá lugar ao abandono de categorias fortes, caso de 'libertação nacional' ou 'independência'. O desarme ideológico da esquerda produz-se na ação institucional e no pensamento, que ficou confinado em guetos.

- Entrando no plano político institucional: achas que as expectativas geradas na classe

nal. Entom que mais tem, dire-des? Nom, nom é igual. Que se pratique nas instituições um des-enho social-democrata porque esse é o único que se assume numha conjuntura dada, porque nom se dam as condições, nom implica que se abandone o horizonte de umha política qualitativamente diferente nos seus des-enhos futuros. Esta confusom entre possibilismo prático e horizonte estratégico é a ameaça mais grave que paira sobre o conjunto dos movimentos nacionalistas no Estado espanhol. Isso dá lugar que segundo a idiosincrasia de cada movimento nacional, as manifestações do facto sejam diversas. Porque foi a pique neste contexto a Declaração de Barcelona? Porque CiU entrou numha deriva durante o aznarismo, sobretudo na segunda legislatura. Se falamos dos estatutos, a maneira de actuar do poder central é diferente em cada caso. Isto é o que nós pretendíamos romper com o pacto Galeusca, quando eu falava de que se havia de fazer umha circunvalação com Madrid para evitar que se tratasse cada caso particularmente. Isto fracassou e é grave, porque o poder central vai jogar com cada um destes assuntos, e vai ocorrer que a direita reaccionária do PP terá maior capacidade de coerção e de chantagem. A frente comum de que falo nom significava meter tudo no mesmo saco, mas sim estabelecer umha coordenação dos combates de cada actor num compromisso estratégico.

Tenho escrito recentemente que o perigo mais grande é que se caminhe para umha reforma técnico-jurídica que nom aborde nenhum salto qualitativo para a aquisição de espaços de poder e fórmulas que permitam quotas de soberania. Desse ponto de vista, umha reforma a sério dos estatutos implica reforma da Constituição. Isso estava na Declaração de Barcelona. Sem isto, a opção que fica é dilemática: ou nos confinamos num horizonte simplesmente autonomista -e o nacionalismo ou é soberanista ou nom é nacionalismo-



"A confusom entre possibilismo prático e horizonte estratégico é a ameaça mais grave que paira sobre o conjunto dos movimentos nacionalistas no Estado"

ou desfazemos o jogo e arrancamos pola via dos posicionamentos independentistas, ainda que só seja para gerar umha dialéctica que permita conseguir algo. Esta é a minha visom do panorama, dito com todo o respeito -eu nunca me confundo de inimigo, ou tento nom confundir-me- para as organizaçoms nacionalistas que tencionam lograr avanços dentro das condiçoms que consideram existentes. Mas umha cousa é o que fai a política institucional e outra o que podem fazer os povos, a consciéncia social organizada para manter os motores em andamento e o compasso no norte para o médio-longo prazo.

- Deste ponto de vista, qualquer mudança qualitativa passa polo consentimento institucional dos dous grandes partidos espanhóis...

- Nom tem porque acontecer assim, isso é um engano. Tenho manifestado rotundamente que, dado que o PP se converteu numha parede de basalto, eu nom vejo outra forma de avançar qualitativamente que exercer um diálogo muito aberto entre todos aqueles que nom temos posiçoms imobilistas. E depois de chegarmos a posiçoms comuns, haveria que dizer ao PP: entras neste jogo ou nom? Porque se nom é assim, o consenso de partida sempre dá a chave de qualquer avanço ao sector mais imobilista. As maiorias que som necessárias nas câmaras de representantes nom devem ser o critério para definir um método de trabalho. Senom, é trabalhar para nom irmos a nenhures ou reformar para continuarmos na

Sem umha reforma profunda da Constituiçom, ou nos confinamos num horizonte simplesmente autonomista ou desfazemos o jogo e arrancamos pola via dos posicionamentos independentistas, ainda que só seja para gerar umha dialéctica que permita conseguir algo

mesma, como dizia eu recentemente num artigo. E se finalmente, operando segundo o método que eu proponho, o PP tampouco entra no diálogo e na reforma? Bom, pois polo menos haveria de escolher entre flexibilizar a sua postura ou ficar fora de jogo e assumir os custos políticos a curto ou médio prazo. Porque custos haveria, mesmo no horizonte eleitoral, mesmo que se agisse inteligentemente. Ora, tudo depende do que se esteja disposto a arriscar.

- O novo governo autonómico insiste continuamente na vontade de ser 'governo para toda a sociedade' e



"Compreendo atitudes possibilistas nas instituições. O grave seria que o que há que fazer na política institucional para ter base eleitoral suficiente dilua o referente do projecto político para ficarmos no puro possibilismo"



"É pena que nom se aproveitasse o período desde a constituiçom do novo governo até Janeiro, em que o PP estava fora de jogo. Determinadas cousas, ou se fam no começo, ou é muito difícil fazê-las depois, porque o comum esquece-se do que havia antes"

'plenamente integrador'. É possível aplicar esta filosofia salvando as fracturas do conflito social?

- Os cidadãos e as cidadás que decidírom acabar com a era Fraga quigérom umha mudança política. De momento produziu-se umha mudança de maiorias. Nom se espera umha mudança na gestom, senom nos eixos das linhas políticas cardinais. Isso ainda nom está claro. Seria absurdo negarmos que existem mudanças de 'talante', mas é pena que nom se aproveitasse todo o período que vai desde a constituiçom do novo governo até Janeiro, em que o PP estava fora de jogo pola sua situaçom interna. Determinadas cousas, ou se fam no começo, ou é muito difícil fazê-las depois, porque senom o comum esquece-se do que havia antes, e se o PP se apresenta como muito civilizado, pode fazer umha oposiçom efectiva. Para que haja alternativa, e nom só alternância, seria preciso enfrentar temas cruciais. Parece que a Conselharia do Meio Rural trabalha nessa direcçom, como a da Cultura. Mas o que acontece na

saúde, no ensino, nos serviços sociais, na política económica? Aí há que fazer cousas. Nom retiramos o crédito a este governo, mas estamos a aguardar.

- Chamavas a atençom contra certo 'estado de excepçom fragmentário' que se impom na Europa. As detençoms de independentistas e o assalto de centros sociais enquadram-se neste processo?

- Nom invento nada, fago minhas diagnoses que se elaboram desde há anos: trata-se da transformaçom do estado social em estado penal. Em lugar de se declarar o estado de excepçom em situaçom de emergência, criam-se normas específicas em relaçom com a ordem pública e os direitos e liberdades. Suspendem-se certas normas e garantias, e isso acontece também aqui, e aí entram casos como os que mencionávades vós ou a própria lei de partidos, lei para um caso determinado que alcança categoria de geral. A própria Audiência Nacional é herdeira do TOP, ainda que encaixado agora

num Estado de direito. Leis que afectam prioritariamente a cidadania e aliás som absolutamente ineficazes. Isto imprime já um carácter a quem está no poder, quer seja a direita quer seja a esquerda. E esta é umha das causas do divórcio crescente entre a cidadania consciente e a esfera institucional. Na Galiza, perante o ultraliberalismo, pequenos grupos, muito activos, muito desalienados, com escasso apoio social nos seus inícios, som entom considerados 'atentatários contra o Estado', e fomenta-se umha confusom interessante: chegado um momento determinado em que já nom se sabe quem realiza actos censuráveis e puníveis -porque claro, se se trata de pôr bombas, eu nom sou por isso, tirando casos de defesa própria, eximidos em todos os códigos penais do mundo- e quem se envolve em actividades sociais e políticas. Nom me surpreende nada (durante as décadas de 80 e 90 eu fui acusado de cúmplice do terrorismo). A situaçom é verdadeiramente preocupante.



REPORTAGEM

A batalha galega entre o Eu e o Návia

JOÁM DOMINGUES / Os 18 cancelhos galegofonos sob administração asturiana som hoje cenário de um dos principais conflitos da nossa língua pelo seu reconhecimento. Mas é a partir da particular idiossincrasia desta terra, muito esquecida por organismos que a usam de bandeira, que se pode entender a situação e formular estratégias, e esta nem sempre foi bem compreendida.

Na zona convivem duas normativas. Por um lado, as *Normas ortográficas e morfológicas del galego de Asturias* de 1990, subpadrom do galego ILG-RAG, com autores como Fernández Rei e Antón Santamarina. Fôrom criadas pola Mesa prá Defensa del Galego de Asturias e da Cultura da súa Comarca (MDGA), principal asociación galeguista eu-naviega, dirigida por Benigno Fernández Braña. Os grupos Abertal ou o Colectivo Cotarelo Valledor (com a excepción de Crisanto Veiguela, reintegracionista) seguem estas normas, e costumam usar os glotónimos 'galego de Asturias' ou 'galego eu-naviego'.

Em frente, a *Proposta de normas ortográficas y morfológicas del gallego asturiano*, asturianizante e (pelo peso do espanhol na norma asturiana) castelhanizante, tirada polo goberno asturiano em 1993 apesar de ter subvencionado as da MDGA. A proposta, porém, começa com a criação de Xeira, agrupação da zona, dirigida por Xabiel G. Menéndez, que vê 'galeguização desmesurada' na Mesa e conta com o apoio da Academia de la Llingua Asturiana (ALLA). O goberno de direita de Sergio



O momento é crucial, já que a reforma do Estatuto da CAA pode recolher a oficialidade do asturiano, o que levaria ao reconhecimento do eu-naviego

Marqués, em 1996, dá à ALLA a potestade legal sobre o eu-naviego, num caso único em que a academia de umha língua se encarrega de outra língua. Cria-se a Secretaría Llinguística del Navia-Eo, com Xosé Antón González Riaño, asturifalante que nom estudiara a zona, à frente. É a norma aceite e utilizada (pouco) pola administração, e os glotónimos usados nos os de "galego-asturiano" ou "fala".

Quais as razões para a reacção normativa anti-galega? Multiplas, e nem todas venhem do exterior. Por um lado, preconceitos pré-existentes contra os galegos, nem só entre astur ou castelhanofalantes, mas também entre os próprios eu-naviegos, que amiúde rejeitam qualquer categoria de "galego". Também foi favorecido pola ALLA, em especial polo presidente daquela, Xosé Lluis García Arias, de carácter messiânico e personalista. Para além disto, cumpre entender que a maior repressom

contra o asturiano realizou-se caracterizando-o como "bables", suposta pluralidade informe de variedades dialectais, que incluiria também os falares do Eu-Návia. Este discurso pesa sobre o asturiano que ainda nom deu construído um padrom realmente único para todas as variantes, e abre a porta para considerar o eu-naviego como variedade de transição entre asturo-leonês e galego-português. É este o significado dado a "galego-asturiano", termo que, porém, propunha Dámaso Alonso, que nunca duvidara da sua galegitude.

Mas aconteceu também que a bomba isolacionista estalou nas bombas dos seus criadores. Os seus argumentos som defendidos polos "isolacionistas do isolacionismo" no Eu-Návia, que afirmam que, se o galego ILG-RAG se aproximasse do português, nom teriam qualquer problema em fazer o mesmo. Mesmo sendo falso, pois o padrom proposto afasta-se mais do portu-

guês, a justificação é poderosa. Alguns galeguistas abandonaram o debate. A MDGA rompeu relações com o ILG, e, há bem pouco, Braña criticava o desinteresse da RAG e de líderes do BNG. Outros, tentaram evitar o beco sem saída isolacionista com o argumento essencialista do Návia como fronteira impermeável onde parariam os castros, os suvos, os cabaços e mesmo o cozido, facilmente desmontável por asturianistas que obviam o lingüístico. E a língua, porém, continua a ser o principal debate.

Procurado ou nom, os únicos beneficiados da estratégia de "divide e vencerás" som o centralismo e o castelhan, língua que se impom em toda a Comunidade Autónoma Asturiana (CAA). O asturiano perdeu no galego um grande apoio internacional, sendo rejeitada a sua entrada em organismos como Galeusca por causa do Eu-Návia. E o eu-naviego perdeu o mais poderoso aliado na luta dentro da CAA, que continua a ser o seu âmbito administrativo, sem perspectivas de mudar a curto prazo, onde no entanto continua a batalha lingüística.

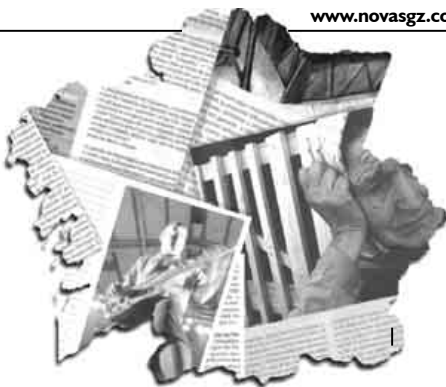
Mas tem realmente perdido o galego o apoio do asturianismo? Bem ao contrário. Desde os anos 90 as novas gerações criticam as posturas da ALLA, e o debate atingiu o galego. Hoje, apenas os membros da ALLA e Xeira defendem o falar do Eu-Návia como variedade de transição ou como terceira língua (teoria criada por Xavier Vilareyo, anti-galeguista com origens na zona). Dous grupos políticos minoritários, o Partíu Asturianista e Andecha Astur, afirmam que é

variante do asturiano. Mas nom a maioria do asturianismo, em que grandes vultos como Xuan Bello ou Milio Rodríguez Cueto se temem manifestado a favor do galego. O actual responsável de Política Lingüística da CAA, Ramón d'Andrés, dimitiu em 2000 como secretário da ALLA, acusado por Andecha Astur após ter impulsinado um manifesto reclamando a oficialidade de galego e asturiano como línguas da comunidade. Em 2004, a ALLA rompeu relações com o único semanário em asturiano, *Les Noticias*, acusando-o de "galeguista" por defender o mesmo.

O momento é crucial, já que a projectada reforma do Estatuto da CAA pode recolher, apesar do PSOE, a oficialidade do asturiano, o que levaria ao reconhecimento do eu-naviego, com a normativa que for, na sua zona. Mas o galeguismo da CAG nom pode aceitar um novo isolacionismo que afaste o destino destas variedades. Dérom-se passos, como a entrada na RAG de Carlos Varela, presidente de Abertal, mas o Eu-Návia continua esquecido. Haverá de potenciar-se o uso da língua e a sua reintegração com os circuitos culturais e lingüísticos da CAG. E terá que fazer-se respeitando a identidade da zona, e implicando os próprios vizinhos. Para o independentismo reintegracionista, o labor apresenta-se bem complicado, pois tem que construir consciência nacional onde apenas nem há lingüística, e fazê-lo numha normativa quase desconhecida na zona. Porém, se o labor fracassa, terá fracassado a própria ideia da Galiza como país que abranja o Eu-Návia.

www.novasgz.com | assinantes@novasgz.com | Telefone: 699 268 032

NOVAS DA GALIZA



Preenche este impresso com os teus dados pessoais e envia-o a
NOVAS DA GALIZA, Apartado 39 (CP 15.701) de Compostela

Subscrição + livro = 25 € 1 Ano, 12 números = 20 € Assinante Colaborador/a = ___ €

Nome e Apelidos Telefone

Endereço C.P.

Localidade E-mail

N° Conta

Junto cheque polo importe à ordem de Minho Média S.L.

Assinatura

ANÁLISE

GRUPOS AMBIENTALISTAS ESPERAM MENOS PALAVRAS E MAIS COMPROMISSO DO GOVERNO GALEGO

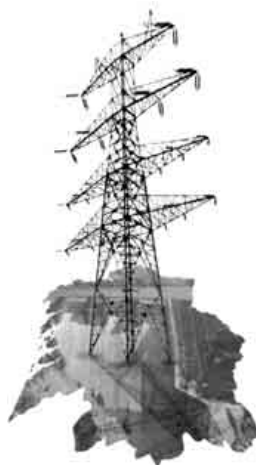
Alerta: situação ambiental crítica

No passado mês de Setembro a Associação para a Defesa Ecológica da Galiza (ADEGA) apresentava à opinião pública um relatório com o título "12 indicadores ambientais. Galiza

insustentável", em que pretendia chamar a atenção sobre o preocupante estado da nossa natureza e o "carácter ecologicamente insustentável" do nosso modelo de desenvolvimento.

Nele concluíam que se estava "a dilapidar capital natural e a estragar o território" por um uso excessivo dos recursos naturais unido à geração crescente de mais resíduos e poluição.

ALONSO VIDAL / Os grupos ambientalistas galegos não renunciam a uma mudança da política ambiental e de desenvolvimento. Já na altura da última campanha eleitoral tinham apresentado às forças políticas o documento "Um programa para a Terra. Propostas para avançar para uma Galiza sustentável na próxima legislatura", onde insistiam na necessidade de se abordar uma estratégia galega de desenvolvimento sustentável (Agenda 21 Galega) com critérios ambientais transversais em todas as áreas de governo. Deveria empreender-se a ordenação racional do território com a criação de uma rede de espaços naturais protegidos unidos por corredores ecológicos, a gestão integrada do litoral, a limitação do crescimento urbano e a adequação dos usos agrícolas e florestais à "vocação dos solos". Políticas valentes unidas à melhoria da informação e educação ambiental para travar a paulatina destruição do nosso património natural.



à empresa que, segundo a Conselharía, "minimizariam, abaixo de 1%, o prejuízo causado pela futura planta sobre os habitats existentes na zona". Isto não contentou o ambientalismo.

Maior sensibilidade

Tal era a desfeita natural que se tinha produzido sob as asas do governo do PP que qualquer mudança não poderia piorar a situação. Mas o novo governo estreava-se hesitante com o conflito de Rinlo, a estação de piscicultura ao pé da costa das Catedrais, ignorando qualquer tipo de legalidade para um espaço da Rede Natura. Tivo que ser a mobilização dos ambientalistas e a vizinhança, com detenções e processamentos incluídos, a que fizesse intervir timidamente a Conselharía. Finalmente, no passado dia 4 de Janeiro esta aceita o projecto industrial após ter exigido medidas correctoras

Rede Natura: pouco e mal

Acontece que a rede de espaços para proteger os habitats mais importantes a nível europeu que desenhou a UE, com o nome Rede Natura 2000, apenas conta com uns poucos espaços propostos por um governo galego que sempre viu a protecção como um entrave ao desenvolvimento. Lugares que nem são protegidos adequadamente, como aconteceu em Rinlo. O barateamento do solo, a permissividade com as grandes empresas através do Plano Sectorial de Parques de Tecnologia Alimentar ou a "marcha" do litoral, som ameaças contínuas neste ano 2006.

Eólicos: a invasão dos moinhos

As últimas zonas de alto valor ambiental e as poucas paisagens naturais sem alterar que ficam, são ameaçadas por esta viose de parques eólicos que se estendeu à solta nos últimos anos.

Porém, podemos apontar no 'haver' do novo governo o acordo da moratória para não admitir a tráfego novos pedidos de instalações nas zonas declaradas como espaços naturais protegidos pela Rede Natura 2000 -59 Lugares de Importância Comunitária (LIC) e 14 Zonas de Especial Protecção de Aves (Zepas)-, como tampouco no Parque Nacional Ilhas Atlânticas, 6 parques naturais, 5 zonas húmidas e 5 monumentos naturais. Mas esta moratória não impediu que, segundo denunciou a FEG há uns dias, se iniciasse a tramitação para um novo parque eólico, com a denominação "Mogia 1º fase", para o entorno imediato ao Cabo Tourinhã e afectando um trecho do LIC "Costa da Morte". Este parque é promovido pela empresa Desarrollos Eólicos S.A com domicílio social em Sevilha.

Minicentrales paralisadas

A luta ambientalista galega, através da Iniciativa Legislativa Popular de Protecção dos Rios, conseguiu a promessa, por parte da Conselharía, de revisão do Plano Sectorial Hidroeléctrico que implicou a suspensão dos trâmites de 32 novas concessões de aproveitamentos hidroeléctricos. Fórom paralisadas 24 novas minicentrales e outras 8 de ampliação de concessão que, segundo a FEG, "estragariam muitos quilómetros de rios como o Verdugo, Leres, Úmia, Eume, Landro ou o sistema do Ulha-Arnego-Deça-Sar.

INDICADORES AMBIENTAIS

PEGADA ECOLÓGICA	Muito alta. O nosso país consome recursos e gera poluição 6 vezes acima das possibilidades do seu território.
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Somos uma das comunidades com menor índice.
EMISSIONS DE GASES DE EFEITO DE ESTUFA	Aumentámos 37,3% entre 1990 e 2004, mais do dobro do limite fixado no marco do Protocolo de Quioto para o Estado.
CONSUMO DE ENERGIA	O consumo de energia final (calor, electricidade, petróleo e derivados) aumentou entre 1997 e 2002 em 34,1%.
TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	Uma das menores percentagens de população equivalente com tratamento de águas residuais.
RESÍDUOS URBANOS	A geração cresceu em 23% entre '98 e '03.
GERAÇÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS	Galiza gera 61 milhões de toneladas anuais. 90% em actividades mineiras. 61 kg por habitante e dia, uma das taxas mais elevadas do mundo.
INCÊNDIOS FLORESTAIS	Desde 1968, o número de incêndios cresceu até atingir no período 2000-2004 uma média de 10.500 fogos anuais.
GRAU DE NATURALIDADE DOS BOSQUES	Só 35% da superfície arborizada está coberta por bosques seminaturais.
SUPERFÍCIE DE AGRICULTURA ECOLÓGICA	Tem pouco peso na Galiza, nos últimos postos do Estado quanto a operadores (menos de 2%) e superfície (inferior a 1% da superfície estatal certificada).
REDE NATURA 2000	No Estado espanhol, a Galiza é, depois de Melilla, a comunidade que menor percentagem de território propujo para a Rede Natura 2000: 12,1%.
ESPÉCIES AMEAÇADAS	Considerando só aves, mamíferos, anfíbios e répteis, 14% estão em perigo de extinção ou são vulneráveis.

Neste país, dar a cara sae caro

Colabora contra a repressão económica
2091 0395 21 3040001337

A Peneira
Xornal Galego de Información Xeral

A Peneira
Cabeceiras Comarciais

A Peneira
do Condado/Paradanta

A Peneira
da Lourinha

ARTABRIA
Travessa de Batalhões, 7
981369099 - 981369921
15403 FERROL
www.artabria.net

local social
bateria vermelha

Ponte Areas - Galiza
Rua Redondela nº 11 rés-do-chao



CULTURA

Associações enfrentadas polo pagamento dos direitos de autoria

A alternativa de licenças como Creative Commons e o Copyleft consolida-se tanto na rede como em papel

REDACÇOM / A Asociación de Escritores en Língua Galega (AELG) pronunciou-se pola primeira vez sobre o incumprimento dos pagamentos, por parte das editoras galegas, dos direitos de autoria. O seu presidente, Cesáreo Sánchez, comunicava a decisión da AELG de pedir á Junta da Galiza que controle o pagamento dos direitos, exigindo o cumprimento dos contratos con os escritores como requisito para conceder as subvencións a estas empresas. Enquanto a Conselharía da Cultura non se pronunciava ao respecto, a Asociación Galega de Editores (AGE) presidida por Miguel Anxo Fernán-Vello, reagia ás críticas alegando, em primeiro lugar, que a Conselharía exige desde há anos a presentación de contratos –non assim o certificado do cumprimento– e, por outro lado, que o sector tenta consolidar-se, non sendo o momento oportuno para a AELG o desajustar, impondo límites ás editoras con os quais non poderían apostar, por exemplo, na publicación de autores novos. Em apoio a AELG manifestava-se a Asociación Galega de Profesionais da Ilustración (AGPI). O seu presidente Manel Cráneo e o director Kiko da Silva denunciavam as irregularidades dos contratos editoriais e atacavam a AGE alegando que “ignoramos as súas obrigacións con os autores, mas existe unha lei da propiedade intelectual que os ampara mais do que realmente se pensa”. Na rede: fóruns, comentários a noticias das edicións web dos jornais e blogs tamén se pronunciavam quanto á polémica: denunciava-se que a AELG estivesse presidida por



Capa do libro de Carlos G. Meixide (esquerda) em www.arotonda.com

un empresario: Cesáreo Sánchez, e que a súa editora, A Nossa Terra, incumprisse os pagamentos dos direitos; denunciava-se assim mesmo o incumprimento dos contratos por parte de Espiral Maior, a editora de Fernán-Vello, e as políticas de publicación de autores novos baseadas em concursos literários dos quais muitas cámaras municipais galegas se encargam de pagar parte da edición. Galáxia e Xerais ficavam de fora do debate por serem as únicas que cumpren con os escritores desde há anos.

O debate resurge num momento em que noutras frentes da edición literária a análise se centra na superación das licenças de propiedade intelectual e o *copyright*. Neste sentido aparecen na Galiza novas iniciativas vinculadas aos direitos de dominio público como Edicións da Rotonda, projecto de editora web dirixido por María Yáñez – nova

directora do portal de información Vieiros – que acabou de publicar o primeiro libro, *O home inédito* de Carlos G. Meixide, con a licenza de Creative Commons. Iniciativas como esta aderen à corrente a nivel mundial que nos últimos anos, e seguindo o exemplo do software libre e o seu ideário, se posiciona a favor da creación comunitaria e colaborativa inspirada na filosofía do *copyleft* iniciada por Richard Stallman – que pujo em andamento o projecto GNU, origem do actual Linux– e que agora, através destas licenças de Creative Commons, começa a saltar da rede ao papel.

Em Edicións da Rotonda, na capa do libro de Carlos G. Meixide, indícase “2ª edición”, já que as descargas teriam superado os exemplares de unha primeira tiragem em papel. debate cada vez está mais presente na rua.

COGARRO comemora o seu 10º aniversário com roteiros para a memória

REDACÇOM / Já lá vam dez anos a percorrer o País ao encontro dos lugares da memória, à procura do nosso próprio reconhecimento. Dez anos de testemunhos de resistência, onde centos de pessoas fan questom de recuperar o passado que poucas vezes se estuda na escola.

Dez anos de rotas, de paisagens, de convívio, de músicas e debates. Dez anos de camaradagem e projectos. Dez anos de cultura alternativa non subsidiada. Profunda e viva. Dez anos de história e intra-história, de vidas contadas às lareiras. Dez anos de futuro.

CALENDÁRIO DE ROTEIROS DA COGARRO 2006

25-26/03/06	Organiza: Colectivo Lemavo (Monforte – Chantada).Praça do Concelho; no cemitério de Monforte há 4 guerrilheiros antifranquistas assassinados pola Guarda Civil em 1949. Percurso: vale de Lemos e Belesar ('o Piloto'). Tel. 628 232 689
13-14-15/04/06	Organiza: MDL, A Esmorga e Colectivo Lemavo. Percurso: canhom do Sil, Castro Caldelas, chousas de Mário ('o Langulho') e do EGPGC. Tels. 988 242 321 – 628 232 689
6-7/05/06	Organiza: C.S. O Pichel (Compostela). Percurso: Ordes, Frades e Messia ('Foucelhas'). Tel. 654 700 664 – 635 080 516
3-4/06/06	Organiza: C.S. A Revolta (Vigo). Percurso: serra da Grova. Tel. 628 232 689 – 692 107 970
17/06/06	Organiza: C.S. A Esmorga (Ourense). Percurso: dos Peares a Belesar. Tel. 687 913 857
8-9/07/06	Organiza: Colectivo Lemavo. Percurso: Terra de Melide ("Corujás"). Tel. 652 080 436
19-20/08/06	Organiza: C.S. A Treu (Corunha). Percurso: Ponte d'Eume e Monfero. Tel. 626 092 706
2-3/09/06	Organiza: A.C. Galeguiza (Ponte Areias). Percurso: Salvaterra do Minho (Festival da Poesia). Tel. 630 775 820
23-24/09/06	Organiza: Colectivo Bergantinho. Percurso: Costa da Morte. Tel. 699 966 838
7-8/10/06	Organiza: C.S. Alto Minho (Lugo). Percurso: Serra dos Ancares (Lugo). Tel. 626 822 455





DE BASE

Filhos da Galiza

“Queremos dar a conhecer a realidade do País entre os galegos e as galegas de fora”

REDACÇOM/Conservar a cultura galega na emigração e recuperar o idioma entre os descendentes de galegos e galegas é o fundamento da Associação Cultural Filhos da Galiza. O colectivo mantém o projecto redagalega.org e planetagalego.info para além da própria comunidade virtual de fillos.org. Nestes três sítios dá-se cabimento ao País e à sua realidade e também som postas em comunicação

duas comunidades: as dos galegos e galegas de dentro e fora da nação. Um dos objectivos fundamentais da Associação é dar a conhecer através da rede a realidade nacional de hoje dos residentes no exterior. NOVAS DA GALIZA falou com Manuel Casal Lodeiro, um dos seus principais promotores, que esteve no País reunindo-se com representantes da Junta para expor as reivindicações da emigração.



Manuel Casal e Lorena Pineda Alonso, membros de Filhos da Galiza

Nestes momentos a comunidade virtual fillos.org tem mais de 3.000 membros. Quando começou a funcionar e que objectivos orientaram a conformação desta rede?

‘Filhos’ nasceu em 1997, precisamente neste mês de Fevereiro fazemos nove anos. O objectivo era dar a conhecer entre os galegos de fora a realidade do País e ao mesmo tempo pôr em contacto com a cultura galega as segundas e terceiras gerações de galegos que perderam o contacto real com a Galiza.

Tendes o mapa da Galiza em leilom na rede...

O projecto chama-se parcelaria pola cultura galega. Há 9 anos que estamos a lutar polo financiamento e à procura de apoios para Filhos da Galiza. Pensamos que é umha forma original que permite que todo o mundo (empresários,

particulares, colectivos sociais...) participe de umha forma mui bonita. De momento, temos 14 parcelas vendidas e 5.300 euros arrecadados. Quando tivermos todo o mapa faremos umha apresentação mui bonita na rede para toda a comunidade virtual.

Como se vive o idioma na emigração?

A língua é a grande desconhecida da Galiza da diáspora. Nós aglutinamos muitos galegos e galegas já de segunda e terceira geração que están em muitos países de fala espanhola. A língua conservou-se a muito custo. Nós animamos as pessoas a aprendem galego, a conhecerem a língua e a empregarem-na...

Como avaliades a mudança de governo na Junta?

Estamos à espera. Temos, como

emigrantes, muitas preocupações especiais que hoje mesmo estamos a expor aos representantes da Junta. Temos claro quais som as nossas reclamações, recolhidas no que nós chamamos o Terceiro Manifesto que se pode consultar na rede.

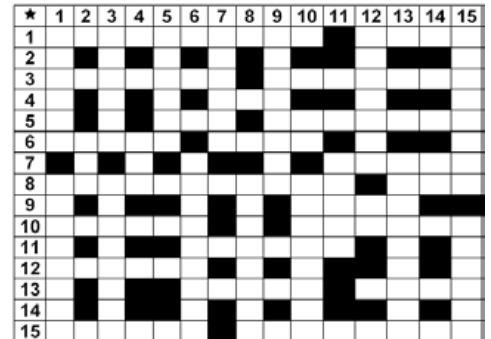
Que conhecimento tenhem da Galiza actual os emigrantes?

Bem pouca. Há muitos mitos quanto à Galiza. Durante muitos anos fijo-se ver umha realidade laboral e sócio-económica que nom reflecte a realidade galega. Por isso também mantemos *planetagalego.info* para conectar ambas as realidades.

Para que os galegos e as galegas saibam o que está a acontecer na Galiza, e aqueles que estejam a pensar no retorno, por exemplo, saibam de verdade qual é a realidade do País.

TEMPOS LIVRES

PALAVRAS CRUZADAS, por Alexandre Fernandes.



HORIZONTAIS: 1a.- Foi o maior lago de água doce da Península, dessecado durante a II ditadura militar fascista do século XX; 1b.- Freguesia na ria de Ferrol que abrange os concelhos de Fene, Ares e Mugardos. // 3a.- Casca de sobreira, plural / apelido do professor ferrolano, galardoado escritor e estudoso dos jogos populares; 3b.- O que volta a fazer a pedra de Mugia (verbo). // 5a.- Pequena rua, viela; 5b.- Pertencente, relativo ou próprio da Terra. // 6a.- Nome de pessoa, forma apocopada de Rodrigo. // 7a.- Pessoa natural da Sardenha / pequena mancha pigmentada, castanho-escuro, da pele; lentigem, sinal... 7b.- Lavar, sulcar (a terra). // 8a.- Descrédito, falta de honra; 8b.- O pai da minha mãe. // 9a.- Aflição, angústia / anseio; 9b.- Ouro em catalán; 9c.- Símbolo químico do cloro. // 10a.- Enchido de carne, com costela de porco, pimento, alho e loureiro dentro de umha tripa grossa, típico de zonas e comarcas do Leste galego; 10b.- Ministério da Cultura (PT) / mil e cem em romano. // 11a.- Músico, compositor e cantor nascido no Porto, fundador da Escola e Orquestra Jazz dessa cidade, e tamém de umha empresa de óculos de sol; 11b.- O rei bretom e os seus cavaleiros da Távola Redonda. // 12.- Varredura / que perdeu o juízo; doído / completo ou rematado (louco ou pateta). // 13a.- Comida oferecida aos operários ou jornaleiros depois de rematada umha obra ou faina agrícola / matabicho. // 13b.- Computador lançado pola Apple cujo monitor é o computador. // 15a.- Marcial Valadares, o autor de Majina, era-o; 15b.- A terceira dinastia portuguesa. **VERTICAIS** 1a.- Serra e comarca do Leste, fronteira da Galiza com Espanha; 1b.- O primeiro fruto do dicionário, grande baga comestível. // 3a.- Largo, praça / térreo / espaço de terra plano e largo (plural); 3b.- Cidade de Marrocos. // 5a.- Combate, peleja, batalha, conflito... 5b.- (inversa) Pessoa asseada e bem vestida / preparada, disposta. // 7a.- Quem foi cagar ao palheiro?; 7b.- Conjunto de plantas rasteiras sob árvores. // 8a.- Soldado armado de besta / aquele que fai ou fazia bestas; 8b.- Artigo plural. // 9.- Digno de nota, atenção ou reparo (plural) / pessoas ilustres ou insignes. // 10.- Nem (...) nem xó. // 11a.- Cada um dos lados de umha porta ou janela / entrada, limiar / cada umha das esquinas dianteiras que forma a carga do carro; 11b.- Casa, morada / lugar onde se acende o lume na cozinha / Liga Armada Revolucionária. // 12.- Onde se põem os ouriços das castanhas para amadurecerem / carreiro de pouco trânsito. // 13a.- Dano produzido às crianças de umha escola ao serem bombardeados para prevenir-las de um possível ataque de um mosquito; 13b.- Nome dovoicalista e baixo dos Xutos&Pontapés. // 14.- Pessoa que nom fala / renovação do pelo, ou da pele de certos animais. // 15a.- Ilustre estudoso e pensador nascido na capital do Berço / ramo da videira; 15b.- Castanha seca no caníço / bugalho grande de carvalho (plural).

DESCOBRIR O QUE SABES... por Salva Gomes

1. Que nacionalidade tem Imam Jamá, ex-diretora do Observatório da Ocupação do Iraque?

- Iraquiana
- Libanesa
- Iraniana

2. Quem dixo, quanto à chamada “festa” nacional espanhola: “Um animal tam bom como fustigado, que lida com duas dúzias de bestas disfarçados de homens”?

- Antonio Machado
- Mariano José de Larra
- Alexandre Bóveda

3. Quem foi Agamémnon?

- Rei de Esparta
- Rei de Micenas
- Filho de Príamo que matou Aquiles e Ajax

4. Que significado tinha antigamente a palavra francesa ‘robot’ (do checo ‘robot’)?

- Trabalho leve
- Trabalho penoso
- Trabalho rápido

(Soluções na página 17)

A FÁBRICA de VILANOVA
A FÁBRICA de VILANOVA
casa de xantar - café - museo
Rua Vila Nova s/n
32 660 - Alheriz - Galiza
986 442 434

LIVRARIA
SISARGAS
Rua Carlos I.º nº 19
15002 - A GRIJA
TEL. e FAX 781.200032

Para Cabeça de Maceda 20
desmoro
LOCAL SOCIAL • OURENSE • GALIZA

LIBRERIA
Conde
Emilia Pardo Bazán, 11-13
988 431 204 - libreriaconde@terra.es
32800 CELANOVA Ourense

ALTO minho
associação cultural
Rua Castañal, 15 - Apdo 298 Lugo
contos@altominho.org
www.altominho.org

DESPORTOS

Grande sucesso do campeonato de kayak extremo realizado nas Torrentes do Ulha

Nos passados dias 11 e 12 de Fevereiro realizou-se a segunda edição do Campeonato Galego de Kayak Extremo na espectacular paragem das Torrentes de

Mácara e Ramil situadas no curso alto do rio Ulha. A actividade desportiva enquadra-se nos actos de apoio social à Iniciativa Legislativa Popular em defesa dos rios

galegos que será debatida no fim deste mês no Parlamento da CAG. Houvo participantes do País Basco, da Alemanha, de Portugal e da Galiza.

XAVIER PAÇOS/Na edição deste ano do campeonato de kayak extremo nas Torrentes do Ulha houve participantes do País Basco, da Alemanha, de Portugal e da Galiza (finalmente não puderam assistir franceses e ingleses), para além da presença de numeroso público que abarrotou as beiras do rio no lugar das Torrentes de Mácara e Ramil para desfrutar de um desporto espectacular e respectivo com o ambiente.

O kayak extremo é uma modalidade relativamente nova de canoagem não pode ser englobada nem na modalidade clássica nem na olímpica. O começo da sua prática data de há dez anos, quando começaram a fabricar-se kayaks mais resistentes que não rachavam por causa dos fortes golpes contra as rochas dos rios.

Esta modalidade consiste na descida de um trecho de rio, de alta graduação pela dificuldade e perigosidade, no menor tempo possível. Para a graduação dos rios utiliza-se o sistema internacional, que consiste em numerar o rio, ou os diferentes lanços que encontramos ao longo do seu trajecto, em I, II, III, III+, IV, IV+, V, V+, VI e infranqueável, segundo a dificuldade técnica e/ou o perigo que apresentarem. A competição transcorre num rápido de entre 300 e 800 m, no qual se podem encontrar ondas de grande volume, potentes remoinhos ou incríveis saltos de diversa altura, que devem sortear-se no menor tempo possível.

O tramo das Torrentes de Mácara e Ramil é de graduação IV-V. A sua prática em zonas de alto desnível dos rios, com águas bravas e de dificuldade alta, converte os nossos rios em lugares preferentes para a prática deste desporto. A Galiza é um paraíso de águas bravas em zonas



O portal arrepions.com conta com informação sobre os campeonatos de kayak nas Torrentes de Mácara e Ramil

afastadas como acontece no caso do Alto Ulha. Por isso não surpreende que o Campeonato Galego de Kayak Extremo das Torrentes do Alto Ulha seja a primeira prova desta modalidade avalizada por uma Federação em todo o Estado. A prova entra no calendário de provas oficiais elaborado pela Federação Galega de Canoagem, junto com provas de outras modalidades.

Em 2004 realizou-se uma prova de exibição e em 2005 já houve competição oficial e a realização do evento desportivo ligou-se à reivindicação contra a construção de barragens no lugar. Na edição deste ano houve 43 participantes, dos e das quais metade eram da Galiza, o que segundo Manuel Freiria, de

Galiza, junto com o País Basco e a Catalunha, é uma das potências a nível do Estado em desportos de águas bravas

Arrepions (co-organizadores do evento junto com ADEGA, a Plataforma Social pola Defensa do Alto Ulha e a Federação Galega de Canoagem),

demonstra o crescente interesse no nosso país por este desporto.

De facto assinala que a Galiza, junto com o País Basco e a Catalunha, é uma das potências a nível do Estado. O campeonato começou no sábado de manhã com as provas classificatórias em que os bascos demonstraram que seriam o rival a bater para as finais. À tarde teve lugar uma descida de exibição e reivindicação contra as barragens. Na manhã do domingo realizáram-se as finais em que os participantes bascos ocuparam a primeira e a terceira posição em categoria masculina. A segunda posição foi para um galego. Por sua vez, também houve presença galega no pódio na categoria de mulheres.

Em 2004 realizou-se uma prova de exibição e em 2005 já houve competição oficial e a realização do evento ligou-se às reivindicações em defesa do rio

Contra as barragens

Durante as duas jornadas as ribeiras das Torrentes estiveram abarrotadas de público procedente de diversos pontos do País e com presença de faixas que exibiam consignas contra a construção de novas barragens no Alto Ulha. O acto desportivo-reivindicativo teve continuidade com a celebração de um jantar de convívio na aldeia de Ramil a que assistiram por volta de 300 pessoas. Houvo música tradicional, jogos tradicionais, actuações humorísticas... e sobretudo, uma sensação de optimismo e satisfação pela constatação de que a pressão social e a mobilização lograram parar, pelo momento, a construção da barragem.

Lembramos que FENOSA pretendia construir no curso do Alto Ulha (concelhos de Agolada, Monterroso e Palas de Rei), com a autorização do anterior governo, 13 minicentrales que converteriam o rio numa sucessão de barragens e canalizações. Uma destas minicentrales localizaria-se no lugar de Fradegas o que faria desaparecer a espectacular paragem das Torrentes de Mácara e Ramil.

LOCAL SOCIAL
REVOLTA
Rua Real, 32
Apdo. 287 - 36200 VIGO

Roupa e complementos
ABALADA
Rua cervantes 19 vigo

galizalivre.org
O portal da Galiza em Internet

RENOVAÇÃO
EMBAIXADA GALEGA
DA CULTURA
Apartado 24034 - 28080 - Madrid

CASA DAS CRECHAS
Via Saera, 3 - 15704 Compostela
info@casadascrechas.com



| AN TOM ÁRIAS CURTO | IMPULSIONADOR DA COORDENADORA GALEGA DE ROTEIROS |

“A cultura dos roteiros é umha forma de combater frontalmente o consumismo”

REDACÇOM / Com 61 anos, Antom Árias Curto continua imerso no activismo nacionalista através do seu trabalho na Coordenadora Galega de Roteiros e no Centro Social da Revolta de Vigo. Ao longo da sua vida manteve umha militância activa contra o franquismo e participou mais tarde nas organizações Luita Armada Revolucionária (LAR) e no Exército Guerrilheiro do Povo Galego Ceive (EGPGC), tendo sido preso em três ocasiões. Antom fala-nos da Cogarro, um colectivo que realiza por volta de dez roteiros anuais ao largo da geografia galega, tencionando recuperar a nossa memória histórica e aprofundar no conhecimento do País.

- Como começamos os roteiros?

- Em 1996 juntamo-nos um grupinho e começamos a traçar alguns roteiros. Os primeiros fôrom por Junqueira de Ambia, polas terras de Belesar e polo Canhom do Sil. Chamamos-lhes "Fazendo Memória Histórica", complementando as rotas com a lembrança das luitas de cada zona, como umha maneira de fazer País desfrutando da natureza. Dos Ancares à Costa da Morte, de Trás-Ancos até a Ilha de Ons, mesmo por zonas do Norte de Portugal, como o Couto Misto. E ao mesmo tempo, saber por onde andárom o Corujás, o Foucelhas, Mário de Langulho, ou onde ficam restos das bases operativas do EGPGC, que están situadas no

Canhom do Sil e na barragem das Portas, perto da Godinha.

- E como se constituiu em coordenadora?

- Juntamo-nos novos colectivos e em 2002 constituímos a Cogarro, composta por associações culturais, locais sociais e colectivos. Confluem grupos de pessoas em torno de umha cultura independentista. Vamos criar de pequenos espaços no quotidiano, onde as pessoas podem conviver, divertir-se e também construir o País. E qualquer pessoa pode participar, já que estamos abertos a todo o tipo de pessoas, à diversidade ideológica.

- Quantas caminhadas levades?

- Perto de cem roteiros, o que

nos dá experiência e vai criando umha cultura roteirista. Nas sucessivas edições das caminhadas, jamais tivemos nenhum incidente grave. Passárom mais de mil pessoas diferentes, essencialmente galegas, e há constantemente umha reciclagem. Termos chegado até aqui é já para nós um orgulho.

- Que objectivos se conseguem com as caminhadas da Cogarro?

- Favorecemos a convivência e fazemos cultura. Num roteiro convivemos gente de 60 anos com pessoas de 40 e de 20 ou menos, o que nos permite agir como vasos comunicantes, onde diferentes seres e situações históricas confluem, onde se partilham inquietações e se vê o que é que nos une e também o que é cada pessoa separadamente. Seria fundamental que este tipo de cultura se espalhasse, já que representa, de por si própria, umha forma de combater frontalmente o consumismo.

- Após umha vida de luita, os roteiros som umha retirada ou umha forma de continuareis?

- Umha continuaçom, sem lugar a dúvidas. Para os que dedicamos a vida a umha luita e um caminho, o conseqüente é morremos dignamente. Guardar as botas ou virar a casaca nom me convence. A monarquia constitucional, ainda que fosse um pacto, tem como única legitimidade o ser umha herança do Franquismo.

- Como avalias a evoluçom do independentismo nos últimos 10 anos?

- Existe umha vida activa que se está a desenvolver em todos os centros sociais, em iniciativas culturais como este mesmo jornal, em rádios independentes... enfim, em pequenos espaços livres onde se trata de fazer país. Mas se o processo de libertaçom nom está promovido polo povo trabalhador galego, será umha libertaçom pouco consistente. Temos que incidir constantemente no sector social mais interessado. E ninguém nos vai dar nada se nom conseguimos demonstrar que estamos a combater o inimigo, que em essência, hoje em dia, é o espanholismo.

Criaçom do Mundo

◆
QUICO CADAVAL
◆

O meu pai tinha na aldeia de Vijám duas tias solteiras. Eram longevas e esguias e vestiam de preto. Um dia perguntei-lhes, sendo eu menino, os nomes de todos os animais da casa. É essa vontade de dar nome a tudo o que existe que sempre tenhem os Adáns nos paraísos. Soubem o nome do papagaio, dos cans, dos gatos, das vacas (a Galharda!, a Conchada!, a Nova!) e quando chegamos aos porcos chegou-me também a terrível revelaçom: os porcos nom tenhem nome.

Outro dia, um porco da nossa casa de Ribeira, emocionou-se ao ver o meu pai, que era quem o acomerava, correu ao seu encontro e estombalhou-no no meio do esterco. O meu pai irado e cheio de merda, malhou no porco de um modo que parecia que nom ia parar nunca. A minha avó dixo-lhe: "Escusas de cansar-te, Francisco, que o porco é torpe, e por muito que malhes nele nom aprende".

Entendim que os porcos nos eram estranhos. Que como o cam e a vaca eram extensões da nossa personalidade, apoios necessários para perceber o mundo, o porco anónimo era simplesmente comida, e a comida nom se baptiza, e o que se baptiza nom se come.

Claro que isto é assim desde que apareceu o tabu do canibalismo, nom sei se antes os porcos teriam nomes e se deitariam aos nossos pés ao pé da lareira e levantaríamos perdizes nas madrugadas da serra... mas se foi assim, foi há muito tempo.